

SUMÁRIO – 13.3.5 - PROJETO DE INCENTIVO À PESCA SUSTENTÁVEL

13.	PLANO DE CONSERVAÇÃO DOS ECOSISTEMAS AQUÁTICOS	13.3.5-1
13.3.	PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DA ICTIOFAUNA.....	13.3.5-1
13.3.5.	PROJETO DE INCENTIVO À PESCA SUSTENTÁVEL	13.3.5-1
13.3.5.1.	INTRODUÇÃO	13.3.5-1
13.3.5.2.	MONITORAMENTOS E AÇÕES LIGADAS À PESCA.....	13.3.5-5
13.3.5.2.1.	MONITORAMENTO DA PESCA E DA BIOLOGIA PESQUEIRA..	13.3.5-5
13.3.5.2.2.	MONITORAMENTO E ATENDIMENTO SOCIAL	13.3.5-12
13.3.5.2.3.	AÇÕES DE ATES.....	13.3.5-28
13.3.5.3.	ATENDIMENTO AOS OBJETIVOS E METAS DO PROJETO.....	13.3.5-58
13.3.5.4.	ATIVIDADES PREVISTAS	13.3.5-59
13.3.5.5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	13.3.5-60
13.3.5.6.	EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL POR TEMAS ESPECÍFICOS....	13.3.5-61
13.3.5.6.1.	MONITORAMENTO DA PESCA E DA BIOLOGIA PESQUEIRA..	13.3.5-61
13.3.5.6.2.	MONITORAMENTO SOCIAL E ATENDIMENTO SOCIAL	13.3.5-62
13.3.5.6.3.	AÇÕES DE ATES.....	13.3.5-63
13.3.5.7.	ANEXOS	13.3.5-64

13. PLANO DE CONSERVAÇÃO DOS ECOSISTEMAS AQUÁTICOS

13.3. PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DA ICTIOFAUNA

13.3.5. PROJETO DE INCENTIVO À PESCA SUSTENTÁVEL

13.3.5.1. INTRODUÇÃO

O Projeto de Incentivo à Pesca Sustentável (PIPS) vem sendo conduzido desde 2012 com o intuito de monitorar as alterações da atividade pesqueira com a implantação da UHE de Belo Monte.

Conforme o Estudo de Impacto Ambiental (2008), as alterações hidrológicas que seriam provocadas pelo barramento poderiam induzir a mudanças na composição da ictiofauna e no rendimento das capturas, assim como nas densidades das principais espécies, tanto no setor da Volta Grande do Xingu (a ser submetido a um pulso hidrológico reduzido que se materializará gradativamente à medida que entrem em operações as unidades geradoras), como nos reservatórios. Outras modificações previstas afetas à atividade pesqueira decorreriam de um aumento da densidade demográfica na região, devido ao fluxo de trabalhadores para as empresas envolvidas em especial na construção do empreendimento acarretando, em consequência, o incremento da demanda por pescado, afetando os seus preços e os custos da atividade.

Sendo assim, com o intuito de aferir os impactos sobre as comunidades ictiofaunísticas e a atividade pesqueira, na Etapa de Implantação da UHE Belo Monte, entre 2012 e 2015, o PIPS avaliou os principais parâmetros que pudessem dar um panorama relacionado à estatística e à biologia pesqueira da região de inserção do empreendimento.

Após a emissão da Licença de Operação (LO) nº 1.317/2015 e a formação dos reservatórios, com o subsequente início da operação do empreendimento, permaneceu a condução do monitoramento dos parâmetros afetos às atividades de pesca com a continuidade da execução do PIPS, de modo a ser possível realizar uma análise comparativa do efeito da implantação da UHE Belo Monte nesta atividade socioeconômica. Porém, em função do teor das Condicionantes 2.24 e 2.26 da referida LO, relacionadas ao desenvolvimento de ações de Assistência Técnica e Social (ATES) aos pescadores da região, tanto os envolvidos com a pesca de consumo, como aqueles dedicados à pesca de peixes ornamentais, vem se desenvolvendo um processo de discussão participativa com o público-alvo do PIPS para construir uma proposta para o desenvolvimento de assistência técnica aos pescadores, bem como o repasse dos

pacotes tecnológicos desenvolvidos no âmbito do Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais.

Nesse contexto, o processo de discussão das ações relativas à ATES teve início com a realização de oficinas participativas em meados 2016, com desdobramentos em discussões no âmbito da Comissão de Pesca do Fórum de Acompanhamento Social de Belo Monte (FASBM) e a conseqüente criação do Grupo de Trabalho da Pesca e Aquicultura (GT da Pesca), em fevereiro de 2017. Esse GT foi constituído com o objetivo de discutir e construir encaminhamentos para as questões apresentadas pelos pescadores no contexto do FASBM, mais especificamente na reunião da 9ª Comissão de Pesca e Aquicultura ocorrida em janeiro de 2017. Cabe pontuar que essas demandas foram oficializadas junto à Norte Energia pelos Ministério Público Federal (MPF) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), e materializadas em ofícios emitidos pelo órgão licenciador, notadamente os Ofícios nº 1031/2017-50 COHID/IBAMA (de 08/02/2017) e nº 02001.001489/2017-17 COHID/IBAMA (de 16/02/2017, que encaminhou o Parecer PAR. 02001.000255/2017-44 COHID/IBAMA).

Dessa forma, desde a emissão da LO, vêm sendo realizadas várias atividades por parte do empreendedor de modo a atender os anseios do órgão licenciador, representados nos Pareceres Técnicos (PTs) nº 05/2017-COHID/CGTEF/DILIC, nº 105/2017-31/COHID/DILIC, nº 176/2017-33/COHID/DILIC, nº 45/2018-COHID/CGTEF/DILIC e nº 140/2018-COHID/CGTEF/DILIC, bem como do público alvo das ações de ATES.

Todas as ações realizadas por parte da Norte Energia para atendimento às condicionantes acima mencionadas vêm sendo reportadas ao IBAMA quer seja no âmbito dos Relatórios Consolidados Semestrais (RCS), quer seja por emissão de relatórios técnicos ou notas técnicas específicas indicando os avanços na construção participativa de uma proposta de assistência técnica e fortalecimento do setor pesqueiro da Área de Influência Direta (AID) da UHE Belo Monte.

Como desdobramento dessas tratativas junto ao público alvo (pescador), ficou evidente a necessidade de ampliar as ações do Programa de Acompanhamento Social, no âmbito de seus Projetos 4.6.1 e 4.6.2 ¹do Projeto Básico Ambiental (PBA), bem também das ações de assistência técnica considerando a especificidade do público alvo em questão. Especificamente para as ações de ATES vem sendo consolidado, de forma participativa, um Plano de Assistência Técnica para os pescadores, com enfoque na implantação de uma cooperativa e na estruturação do Centro Integrado de Pesca Artesanal (CIPAR), localizado na cidade de Altamira, bem como a realização de projetos demonstrativos visando ao fortalecimento do setor pesqueiro regional.

Já com relação ao universo do público a ser atendido, ficou acordado no GT da Pesca que, a partir do envio pela Norte Energia da listagem dos pescadores cadastrados neste

1 Projeto 4.6.1 - Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs; e Projeto 4.6.2 – Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida

PIPS, os representantes das colônias de pescadores dos cinco municípios da AID e o Conselho Ribeirinho, acompanhados da Defensoria Pública da União (DPU), realizariam uma avaliação e a inclusão dos pescadores faltantes para compor o público-alvo. Isto foi realizado e a listagem foi encaminhada ao GT da Pesca em 15 de fevereiro de 2017. Nesse sentido, foram realizadas inúmeras reuniões e ações de vistoria, buscando estabelecer, de maneira objetiva, o universo de pescadores a serem atendidos e definir quais as características desse atendimento.

É importante ressaltar, mais uma vez, que vêm sendo empenhados, pela Norte Energia, esforços no âmbito das ações do PBA (Projetos 4.6.1, 4.6.2 e 13.3.5 e de ATES (para atendimento à condicionante 2.24 da LO) objetivando a unificação de listagens disponíveis e a definição de critérios para inclusão de um público alvo comum – “pescador” – que fossem o mais abrangente possível. A definição de um universo de pescadores a ser identificado como público-alvo das ações do empreendedor tinha como objetivo principal permitir o início dos trabalhos com este público para a identificação das “famílias em situação de vulnerabilidade social” e posterior encaminhamento à rede de serviços públicos, e para as reuniões participativas de discussão da ATES. Em função dos procedimentos distintos realizados em cada ação junto aos pescadores, vale esclarecer que a lista de referência dos pescadores a serem beneficiados pelas diversas ações em curso está em processo de aperfeiçoamento a partir das atividades participativas junto aos mesmos.

Dessa forma, face à complexidade do tema, ao dinamismo do processo e também às especificidades das ações de monitoramento e atendimento sócio e assistencial a serem desenvolvidas junto ao público-alvo pescador, tornam-se necessárias ações de integração e organização deste Projeto 13.3.5. Para tanto, foi desenvolvido um fluxo de informações dos projetos/ações ligados à pesca para auxiliar a Norte Energia no acompanhamento das metas e objetivos dos projetos, como também do atendimento pleno às condicionantes da LO afetas aos temas “pesca”, “pescadores” e “ictiofauna) (Figura 13.3.5 - 1).

Fluxo de informações dos Projetos ligados à Pesca

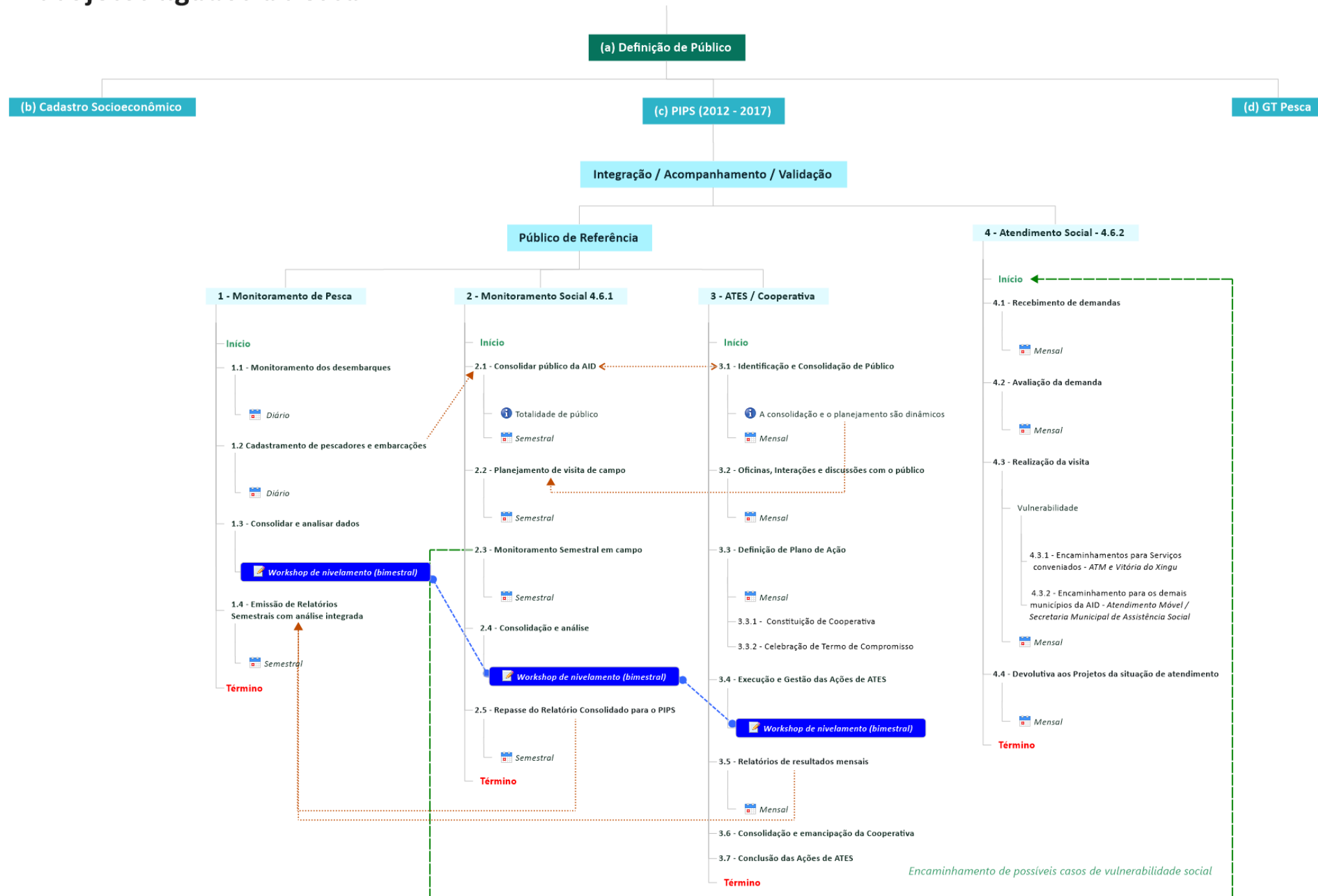


Figura 13.3.5 – 1 – Fluxograma de Interação das Informações dos Projeto ligados à Pesca

A partir da contextualização feita acima, cumpre esclarecer que, visando apresentar todo o conjunto das ações que vêm sendo realizadas afetas à pesca, o presente relatório foi estruturado em três capítulos assim dispostos:

- a) Monitoramento da Pesca e da Biologia Pesqueira;
- b) Monitoramento e Atendimento Social; e
- c) Ações de Assistência Técnica e Social (ATES)

13.3.5.2. MONITORAMENTOS E AÇÕES LIGADAS À PESCA

13.3.5.2.1.1. MONITORAMENTO DA PESCA E DA BIOLOGIA PESQUEIRA

Neste item é apresentado um resumo executivo dos resultados de monitoramento da pesca e da biologia pesqueira obtidos no PIPS, cujo detalhamento consta nos anexos correspondentes a cada tema.

Insta esclarecer que o presente RC se refere aos dados do monitoramento da pesca no rio Xingu, no período de abril de 2012 a abril de 2018, e analisa comparativamente o estado da pesca antes e depois da formação dos reservatórios, em 2016. Vale reforçar que o monitoramento do desembarque pesqueiro, conforme definido no PBA, abrange um trecho de rio com aproximadamente 1.000 km de extensão, desde a foz do rio Xingu no rio Amazonas – municípios de Gurupá e Porto de Moz -, passando pelos municípios de Vitória do Xingu, Senador José Porfírio, Anapu, Altamira e terminando em São Félix do Xingu. A metodologia utilizada para coleta e análise dos dados deste relatório é apresentada no **Anexo 13.3.5-1**.

Também consta do **Anexo 13.3.5-2** deste relatório, as referências bibliográficas que vem sendo utilizadas.

13.3.5.2.1.2. PESCADORES E EMBARCAÇÕES

Os resultados mostram, até o momento, a existência de 3.342 pescadores e 2.630 embarcações cadastradas nos portos de desembarque pelos coletores do PIPS desde abril 2012 até abril de 2018. Isto implica em um crescimento de 2% e 8%, respectivamente, em relação aos dados do RC anterior (13º RC). Desse total, 27% (910) podem ser considerados ativos, por terem registrado pelo menos um desembarque nos portos monitorados nos últimos 12 (doze) meses e, da mesma forma, 709 embarcações estão ativas em toda a área de estudo, o que sugere uma grande mobilidade das pessoas que se dedicam à pesca na região.

Do total de pescadores entrevistados, 92% se dedicam exclusivamente à captura de peixes de consumo, 3% à pesca ornamental e 5% capturam peixes de consumo e ornamentais. Na maior parte dos trechos do rio, o número de pescadores ativos vem diminuindo, sendo que questões relacionadas ao aumento da fiscalização, a dificuldades na comercialização do pescado, à redução da produção e à falta de

incentivo ao setor são relatados como causas dessa redução. Em compensação, no denominado trecho ATM o número de pescadores está aumentando, em particular a partir de 2015, totalizando um incremento de 80%, alteração já prevista no EIA. Do total de embarcações, 78% são canoas de madeira com motor rabeta, 13% barcos de madeira com motor de centro, 7% são canoas de madeira com propulsão a remo e 2% são voadeiras de alumínio com motor de popa ou de rabeta. No período entre 2012 e 2017, o número geral de embarcações ativas também diminuiu em quase todos os trechos do rio, menos em ATM, onde o incremento chegou a 55%.

Todos os resultados deste tópico podem ser encontrados no **Anexo 13.3.5-3**

13.3.5.2.1.3. PESCA DE CONSUMO

No período de abril de 2012 a abril de 2018, foram registrados 55.400 desembarques de peixes de consumo. Nestes, atuaram, em média, 1,50 pescadores (DP=0,72) e as pescarias tiveram duração média de 2,34 dias (DP=1,76). A produção total de peixes de consumo alcançou 3.655,50 toneladas de pescado, 3,8% a mais do reportado no último RC. Em média, a produção anual é de aproximadamente 522 toneladas para toda a região, cerca de 0,2% da produção total de pescado extrativo de águas continentais do Brasil em 2010 (Ministério da Pesca e Aquicultura, 2012). Os portos de maior produção foram Altamira (25%), São Félix do Xingu (19%), Maribel (15%) e Gurupá (12%).

A duração das viagens mostra um aumento, no período pós-enchimento, para aquelas realizadas pelas rabetas e pelos barcos que operam com redes e aqueles que operam com linhas, mas não mudou para aqueles que operam com linhas e redes, conjuntamente.

O principal sistema de pesca de consumo que atua no rio Xingu é constituído por canoas com rabetas que operam com redes de emalhe (31%), seguidas de rabetas com linhas (17%) e rabetas com redes e linhas combinadas (16%).

Os desembarques na região têm registrado a captura de 46 (quarenta e seis) etnoespécies de peixes, contabilizando-se 101 espécies pertencentes à sete ordens e 22 (vinte e duas) famílias. As maiores capturas foram de tucunaré (20%), pescada branca (19%), pacu (11%), curimatã (6%) e dourada (5%).

A composição das capturas vem sofrendo alterações após a formação dos reservatórios. No trecho de VTX-CACH, houve uma diminuição do aracu e acará e aumentos de pescada, mapará, filhote, pacu e erana. No trecho VGX, o curimatã, que geralmente ocupava o quarto lugar nos volumes de captura, se transformou na espécie mais importante, deslocando o pacu que, após o barramento, passou da primeira para a segunda posição. No trecho ATM, a pescada, que ocupava a primeira posição antes do barramento, passou para o segundo lugar em favor do tucunaré, que agora ocupa a primeira posição. No trecho BESP, ao contrário, a pescada deslocou o tucunaré, que antes ocupava a primeira posição, e o curimatã também ganhou mais importância, passando para a terceira posição após o barramento. Nos outros trechos não houve

grandes alterações. Estes resultados foram confirmados com diversas análises e também já estavam previstos no EIA.

Cabe o comentário de que as alterações da VGX também podem estar relacionadas aos eventos extremos que ocorreram na região em 2016 e 2017, com secas mais intensas que a média histórica. Além disso, embora a intensidade da cheia ainda se mantenha em valores semelhantes aos naturais, sua duração está menor, o que pode influenciar, de forma diferente, espécies com histórias de vida diversas – o pacu é frugívoro, enquanto a curimba é detritívora. Deve ser ainda lembrado que o pacu faz parte das preferências alimentares dos moradores dessa região. Por fim, observa-se que as alterações nos trechos acima da barragem de Pimental condizem com a mudança de um ambiente lótico para um com características lênticas, com predominância de tucunaré e pescada, que se tornaram ainda mais importantes nesses trechos.

O rendimento médio estimado para toda a pesca com finalidade de consumo no rio Xingu, em todo o período de análise, foi de 19,24 kg.pescador⁻¹.dia⁻¹ (DP=18,08). As rabetas que operam com linhas tiveram rendimentos menores no período pós-enchimento em quase todos os trechos do rio, exceto nos trechos denominados ATM e IRIRI. Nas rabetas que operam com redes, os rendimentos pioraram nos trechos ATM, BESP, PMZ-VIT e SFX, mas melhoraram na FOZ e VIT-CACH. Nas rabetas que operam com redes/linhas há rendimentos mais baixos no período pós-enchimento nos trechos BESP, CONF e SFX, e rendimentos maiores em ATM, para o período pós-enchimento.

Os efeitos das mudanças da produção total mensal foram também testados com Modelos Lineares Generalizados (GLMs) para cada trecho do rio, em função das variáveis: i) esforço de pesca; ii) vazão do rio; e iii) fase do empreendimento (pós- e pré-enchimento). A relação é forte tanto para rabetas, quanto para barcos. O esforço de pesca é responsável pela maior parte da explicação da variação dos dados de produção em todos os casos, sendo sempre significativa, sendo que a vazão do rio aparece relevante somente em alguns trechos e modalidades.

Para as rabetas, as fases do empreendimento foram significantes para os trechos PMZ-VIT, BESP, CONF e SFX, onde a produção diminuiu após o barramento do rio (6%, 20%, 23% e 13%, respectivamente), e para o IRIRI, onde a produção aumentou (11%). Nos trechos FOZ, VIT-CACH, VGX e ATM não houve diferenças da captura média antes e depois do barramento. Para os barcos, as fases do empreendimento foram significantes para o trecho VIT-CACH, onde a captura média aumentou (32%), e para ATM, onde a captura diminuiu (25%) após o barramento. Nos outros trechos não houve diferenças entre fases.

Deve-se também entender que nem todas as mudanças na média mensal da produção podem ser interpretadas tão somente como resultado dos efeitos das mudanças hidrológicas provocadas pela barragem. Isto fica claro ao se perceber que em trechos muito distantes do empreendimento, como SFX, a captura média também diminuiu nos últimos anos. Portanto, se deve pensar que existem efeitos sinérgicos, como mudanças meteorológicas (forte efeito do el Niño em 2015/2016) e alterações mercadológicas e

logísticas que podem também afetar a captura. Obviamente, as tendências a serem observadas em longo prazo serão mais eficientes para provar esta dependência no futuro.

O acompanhamento dos quatro pesqueiros mais utilizados indicou que a produção e o esforço total foram bem maiores no período pré-enchimento do rio em quase todos, exceto no Paratizão. Estes resultados devem ser interpretados ainda com cautela, uma vez que a fase de pré-enchimento contempla quatro anos de 2012 a 2015, enquanto a fase de pós-enchimento somente dois anos e quatro meses, de 2016 a 2018. Quanto aos rendimentos, observaram-se diferenças significativas no pesqueiro Paraná, que foram maiores após o fechamento do rio e, no Caitucá, os rendimentos foram maiores antes do barramento. Nos outros pesqueiros monitorados, a captura por unidade de esforço (CPUE) manteve-se similar nas duas fases.

Para a pesca de consumo, a receita total bruta declarada alcançou R\$ 22.244.198,00 no período de abril de 2012 a abril de 2018. Os melhores portos foram Altamira (32%), São Félix do Xingu (22%), Maribel (13%) e Gurupá (11%). As embarcações movidas à rabeta e que utilizaram redes foram as que geraram maior receita, com 28% do total.

O preço médio de comercialização do pescado para consumo no rio Xingu foi de R\$ 6,26/kg (DP=2,94), representando um aumento de 55% desde abril de 2012. Este valor é superior à inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do Banco Central, que foi de 44% no mesmo período. Os maiores preços são praticados em Altamira. O tucunaré aumentou 49%, o pacu 65%, a pescada 54%, o aracu 61% e o curimatã 74%. Os preços foram superiores também no período pós-enchimento.

As expedições de pesca de consumo apresentaram custos operacionais médios (gelo, combustível e alimentação) de R\$ 106,20 por viagem (DP=198,54), variando, em média, entre R\$ 10,42 (DP=13,08), na localidade de Vila Nova, e R\$ 245,02 (DP=402,71) em Maribel. Os custos médios foram maiores no período de pós-enchimento, com uma diferença de 60%, sendo que o índice de inflação acumulada de 2016 a 2018 foi de 10%.

A receita bruta por viagem de pesca nas pescarias de consumo apresentou valor médio de R\$ 364,02 (DP=567,36), variando entre R\$ 87,92 (DP=115,82), na localidade de Vila Nova, e R\$ 716,63 (DP=1307,68) em Maribel. As receitas brutas aumentaram, em média, 31% no período após o enchimento dos reservatórios.

O rendimento médio bruto por viagem para as pescarias de consumo foi estimado em R\$ 257,85 (DP=476,30), variando entre R\$ 79,50 (DP=114,16), no porto de Vila Nova, e R\$ 471,61 (DP=1048,05) em Maribel, e foram, em média, 21% mais altos nas pescarias do período pós-enchimento.

O rendimento médio líquido por pescador/dia de pesca foi de R\$ 81,35 (DP=142,10), variando entre R\$ 50,17 (DP=62,74), na localidade de Vila Nova, e R\$ 115,46 (DP=368,23) em Senador José Porfírio. O rendimento médio líquido foi similar nas duas fases do empreendimento, com a exceção das rabetas que atuam com redes e linhas,

bem como dos barcos que atuam com redes, que foram melhores no período pós-enchimento dos reservatórios.

Todos os resultados deste tópico podem ser encontrados no **Anexo 13.3.5-4**.

13.3.5.2.1.4. PESCA ORNAMENTAL

No período de abril de 2012 a abril de 2018, foram capturadas 629.019 unidades de peixes ornamentais em 3.989 desembarques. Altamira foi o principal porto de desembarque, com 92% da produção, mas a produção demonstra decréscimo ao longo do tempo, depois de 2015. Em média, em uma viagem de pesca de peixes ornamentais participaram 1,60 pescadores (DP= 0,87) e as viagens tiveram duração média de 2,66 dias (DP= 2,51). O número de pescadores por viagem foi maior no período pós-enchimento somente para as pescarias de mergulho com compressor.

A composição específica dos desembarques de peixes ornamentais registrou a ocorrência de 35 (trinta e cinco) categorias de peixes, que correspondem a 47 (quarenta e sete) espécies. Em todo o período, o acari amarelinho é a espécie mais capturada (48%), seguida do acari pão (13%), acari picota ouro (7%), acari tigre de listra (5%) e acari bola azul (4%). Após a formação dos reservatórios, alguns trechos tiveram grandes alterações na composição de espécies. Nos trechos VIT-CACH, a composição não foi alterada, com o acari pão sendo o principal produto. Em VGX, o acari picota ouro, que era o segundo recurso mais capturado antes do fechamento do rio, diminuiu um pouco, com o aumento do boi de botas. ATM é o trecho que mais sofreu alteração na composição de espécies da captura devido à drástica redução do amarelinho e ao incremento relativo de várias outras espécies, dentre as que se destacam o acari tigre de listra, o acari bola branca e o acari preto velho. Em BESP, o amarelinho também sofreu muita redução nos desembarques, destacando-se o aumento relativo do tigre de listra, do picota e do bola branca. A redução de amarelinho poderia estar vinculada ao aumento da profundidade média dos pesqueiros nos trechos a montante do barramento, o que aumenta a dificuldade de coleta, tanto no mergulho livre, como no mergulho com compressor (CARVALHO JÚNIOR, et al., 2009). Contudo, na pesca ornamental, fatores como o baixo valor de revenda do amarelinho, as dificuldades da cadeia produtiva e o decréscimo de demanda do pescado podem também explicar estas alterações também. Em SFX a pesca ornamental decresceu muito pela falta de capturas de arraias, devido a questões legais relacionadas à ausência de cotas e à regulamentação da legislação pertinente, ficando o pescador ilegal para exercer essa atividade. No IRIRI também a pesca ornamental deixou de ser realizada, provavelmente por falta de logística de transporte.

O rendimento médio das viagens de pesca para peixes ornamentais resultou em 59,06 unidades.pescador⁻¹.dia⁻¹ (DP= 62,50), com oscilações entre anos. No mergulho com compressor, observaram-se maiores capturas no trecho BESP após a formação dos reservatórios, sem alterações nos outros trechos. No mergulho livre, houve menores rendimentos médios no período pós-enchimento, no trecho VGX e CONF. Já no trecho

BESP, os rendimentos aumentaram após a formação dos reservatórios do rio nesta modalidade de captura.

O GLM entre as capturas mensais e i) o esforço de pesca, ii) a vazão do rio e iii) a fase do empreendimento apresentaram forte correlação em todos os trechos do rio. O esforço foi sempre significativo e foi a variável que explicou a maior parte das variações da produção em todos os casos. A vazão foi relevante apenas no trecho CONF. Por sua vez, a fase do empreendimento foi importante no trecho VIT-CACH, onde as capturas médias aumentaram em 20% após o barramento, e nos trechos ATM e BESP, onde as capturas médias diminuíram em 18% e 21%, respectivamente, após o barramento do rio. Nos outros trechos onde ocorre essa modalidade de pesca, não houve diferenças entre os períodos pré e pós-barramento. A diminuição das capturas de ornamentais nos trechos acima da barragem já era esperada, pois muitos dos blocos rochosos ficaram submersos e a maior profundidade dos locais de pesca dificulta o mergulho, tanto livre, como com compressor, além de alavancar o risco de acidentes (DIEMONT, 2014). De toda forma, sabe-se que outros fatores ligados à cadeia produtiva dos peixes ornamentais estão dificultando o escoamento da produção, especialmente questões legais e de logística para escoamento. Assim, existem questões alheias ao empreendimento atuando em sinergia para explicar essa redução e modificações na pesca de peixes ornamentais.

Os dois pesqueiros analisados para a pesca ornamental, nas proximidades das localidades de Altamira (Quartel e Arapujá), não demonstraram diferenças significativas do rendimento pesqueiro médio entre as duas fases do empreendimento.

A pesca ornamental é uma importante atividade econômica da região. A receita total bruta declarada dessa atividade foi de R\$ 2.409.827, no período de abril de 2012 a abril de 2018. As maiores receitas de comercialização foram registradas nos portos de Altamira (53%).

Em todo o período, o preço médio de primeira comercialização dos peixes ornamentais foi de R\$ 26,51 por unidade (DP=79,51), com grandes oscilações ao longo dos anos. Os preços dos acaris ornamentais variaram de R\$ 0,20 a R\$ 100,00/unidade, com média de R\$ 4,95 (DP=8,28), dependendo da espécie. As arraias foram comercializadas em média por R\$ 272,00/unidade, com variação de R\$ 20,00 a R\$ 600,00. Em geral, Altamira possui os preços mais altos de primeira comercialização. No período entre 2012 e 2018, observa-se um aumento mais expressivo na venda de duas espécies: acari-picota-ouro e acari amarelinho (91 e 83% respectivamente). O acari-bola azul aumentou 72%, o acari-pão 21% e o acari-tigre-de-listra 57%. As espécies acari-amarelinho, acari-tigre-de-listra e acari-bola-azul apresentaram os menores valores de comercialização, com mínimas variações ao longo dos anos. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) foi de 44% nesse período. Os preços foram maiores no período pós-enchimento.

As expedições de pesca de peixes ornamentais apresentaram custos operacionais médios de R\$ 68,03/viagem (DP=126,99), variando entre R\$ 43,81/viagem (DP= 73,57),

na localidade de Belo Monte, a R\$ 499,88/viagem (DP=159,64) em Vitória do Xingu. Os custos operacionais aumentaram em 33% após o enchimento dos reservatórios, sendo que o índice de inflação acumulada desses anos foi de 10%.

Já as receitas brutas, de maneira geral, ficaram menores após o barramento do rio. A receita média bruta por viagem de pesca apresentou valores médios de R\$ R\$ 396,25 (DP=770,67) e ficou 16% inferior no período após o barramento do rio. O rendimento médio bruto por viagem de pesca apresentou valor médio de R\$ 328,21 (DP=694,91), sendo 25% inferior no período após o enchimento dos reservatórios. Para o rendimento médio líquido por pescador/dia de pesca, foi registrado um valor médio de R\$ 158,49 (DP=215,43), tendo diminuído em 39% no período pós-fechamento do rio.

Importante considerar o contexto que foi salientado em outros pontos desse relatório no sentido de a pesca ornamental na região estar passando por grandes dificuldades em termos logísticos e mercadológicos, que estão atuando em sinergia para reduzir a produção e os rendimentos da pesca ornamental na região de Altamira.

Todos os resultados deste tópico podem ser encontrados no **Anexo 13.3.5-5**.

13.3.5.2.1.5. SEGURANÇA ALIMENTAR

A coleta de dados sobre o consumo de alimentos de origem proteica na dieta dos moradores das comunidades do rio Xingu, contou com a participação 242 famílias (146 urbanas e 96 – noventa e seis ribeirinhas), somando 6.480 dias/família de coleta, desde o início do projeto. Os peixes constituíram os alimentos de origem proteica mais consumidos, estando presente em um de cada dois dias. Foram consumidas 39 (trinta e nove) etnoespécies, sendo as preferidas pacus (várias espécies de Serrasalminidae); pescadas (*Plagioscion* spp), tucunarés (*Cichla* spp), curimatã (*Prochilodus nigricans*) e aracus (várias espécies de Anostomidae). Estes cinco grupos de espécies representam 80% dos peixes consumidos e também 61% do volume dos desembarques da pesca comercial, o que denota a importância da preservação dos recursos pesqueiros e da manutenção da atividade de pesca para o fornecimento principalmente de pescado para a população.

O consumo médio de proteína animal foi de 247 g.*capita*⁻¹.*dia*⁻¹ (DP = 147,39). O peixe foi consumido a uma taxa média de 116 g.*capita*⁻¹.*dia*⁻¹, o que corresponde a uma taxa anual de 42 kg.*capita*⁻¹.*ano*⁻¹, mais de duas vezes a média mundial, que é de 20 kg.*capita*⁻¹.*ano*⁻¹, e em quatro vezes o consumo recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que é de 12 kg.*capita*⁻¹.*ano*⁻¹. O consumo de pescado é a principal fonte de proteína em todas as comunidades pesquisadas, menos na cidade de Altamira, onde a carne bovina ocupou o primeiro lugar. Vale ainda observar que o consumo de proteína diminuiu na fase pós-enchimento. Em particular, as taxas médias de consumo de pescado diminuíram em 30% nesse período, o que foi compensado pelo maior consumo de leite e produtos industrializados.

Conclui-se que, até o momento, a segurança alimentar dessas populações vem sendo mantida. No entanto, a evolução desses indicadores deve ser monitorada para evitar perdas na qualidade da alimentação das populações da região. Atendendo-se a parecer do IBAMA, nas próximas campanhas será feita uma investigação específica dos motivos que estão causando as alterações observadas nos padrões alimentares das famílias monitoradas.

Os outros resultados afetos a esse item podem ser encontrados no **Anexo 13.3.5-6**

Por fim, ainda no âmbito das ações de monitoramento do desembarque pesqueiro, visando atender ao Ofício nº 172/2018/COHID/CGTEF/DILIC-IBAMA e demais pareceres emitidos pelo órgão ambiental afetos ao tema, no **Anexo 13.3.5-7** são apresentadas as respostas às recomendações desses pareceres, como também sugestões para a elaboração de um planejamento que permita desenvolver ações de gestão da pesca objetivando o equilíbrio dos estoques pesqueiros. Além disso, são elencadas as ações que a Norte Energia está tomando para atender às demais recomendações dos Ofícios 02001.001546/2017-50 COHID/IBAMA, nº 4/2018/COHID/CGTEF/DILIC-IBAMA e ao supracitado 172/2018.

13.3.5.2.2. MONITORAMENTO E ATENDIMENTO SOCIAL

Ao longo do desenvolvimento dos trabalhos específicos com o público-alvo pescador, foram identificadas situações em que havia necessidade de realizar monitoramento social deste público em específico.

Assim, o monitoramento das famílias de pescadores é realizado semestralmente e tem como uma de suas finalidades mensurar a evolução da situação socioeconômica e identificar situações de vulnerabilidade e de agravos sociais que devem ser encaminhadas ao Projeto de Acompanhamento Social e Psicológico da População Atingida (Projeto 4.6.2).

A 1ª Campanha de Monitoramento dos Pescadores teve sua atividade de campo encerrada em 05 de março de 2018 e a 2ª Campanha está em curso, com previsão de conclusão da etapa de entrevistas em agosto/2018. Dessa forma, neste item serão apresentados os resultados consolidados apenas da 1º campanha.

13.3.5.2.2.1. 1ª CAMPANHA DE MONITORAMENTO DOS PESCADORES

Para realização da 1ª campanha de monitoramento social dos pescadores, procedeu-se a uma compilação de listagens consideradas pelo GT da Pesca, como também daquela resultante das Oficinas Participativas ocorridas em 2017.

Para atender às especificidades do monitoramento do público-alvo relacionado aos pescadores, durante as campanhas foram realizadas adequações nos formulários de

pesquisa de monitoramento e no sistema de informações para que esse grupo pudesse ser identificado e melhor qualificado, de modo a subsidiar a Norte Energia no estabelecimento de estratégias e critérios no atendimento às demandas específicas. As adequações realizadas foram de duas naturezas: (i) estabelecimentos de critérios mínimos para identificar indícios de membros da família que realizam atividade pesqueira; e (ii) inclusão de perguntas específicas sobre a pesca para subsidiar a análise socioeconômica posterior. É importante destacar que essas adequações não tiveram caráter de exclusão, mas sim de identificação/classificação para subsidiar a análise da Norte Energia para as próximas campanhas.

Nesse contexto, a 1ª Campanha de Monitoramento de Pescadores, como mencionado acima, foi concluída em março de 2018 e após a etapa de pesquisa de campo, com a aplicação dos critérios acima mencionados, apresentou uma relação de 1.311 pescadores, referentes a 909 famílias, sendo 409 em Altamira, 60 (sessenta) em Anapu, nove famílias em Brasil Novo, 162 de Senador José Porfírio, 227 de Vitória do Xingu e 42 (quarenta e duas) sem localização indicada. Os quantitativos por família monitorada por localidade podem ser observados no **Quadro 13.3.5 - 1²**.

Quadro 13.3.5-1 – Distribuição de famílias e pescadores por município e localidade – 1ª Campanha - Mar/2018

MUNICÍPIO	LOCALIDADE	TOTAL DE FAMÍLIAS	TOTAL DE PESCADORES
ALTAMIRA 409 famílias 567 pescadores	RUC Água Azul	25	29
	RUC Casa Nova	10	10
	RUC Jatobá	73	109
	RUC Laranjeiras	19	26
	RUC São Joaquim	20	24
	Outras localidades no município	262	369
ANAPU 60 famílias 76 pescadores	Vila de Belo Monte do Pontal	40	53
	Vila Izabel	3	3
	Outras localidades no município	17	20
BRASIL NOVO 9 famílias 15 pescadores	Diversas	9	15
SENADOR JOSÉ PORFÍRIO 162 famílias 262 pescadores	Garimpo do Galo	4	6
	Ilha da Fazenda	18	25
	Ressaca	34	44
	Outras localidades no município	106	187

² As famílias que possuem duas referências de domicílio foram agrupadas a partir daquele que foi declarado como o endereço principal.

MUNICÍPIO	LOCALIDADE	TOTAL DE FAMÍLIAS	TOTAL DE PESCADORES
VITÓRIA DO XINGU 227 famílias 349 pescadores	Vila de Belo Monte	52	71
	Reassentamento Rural Coletivo	6	9
	Reassentamento em Áreas Remanescentes	5	7
	Outras localidades no município	164	262
SEM LOCALIZAÇÃO INDICADA	-	42 *	42
TOTAL		909	1311

Fonte: Norte Energia S.A.

(*) estes 42 não foram entrevistados por não terem sido localizados.

Do total de 909 famílias de pescadores (ou 1.311 membros com indicação de atividade pesqueira), foram monitoradas 867 famílias (95% do total planejado, o que corresponde a 1.269 pescadores – 97% do total planejado), pois 42 (quarenta e duas) famílias não foram localizadas e, portanto, não entrevistadas. Já do total de famílias identificadas no planejamento e que foram visitadas, 809 (89% do total planejado) foram efetivamente entrevistadas, abrangendo 1.211 pescadores (92% do total planejado). Com relação às famílias visitadas e que não foram entrevistadas, isso ocorreu devido ao fato de: 47 (quarenta e sete) domicílios estarem fechados, mas com indício de moradia ou uso ocasional, nas três diferentes visitas realizadas pelo pesquisador; oito famílias não residirem mais nos endereços indicados, e não ter sido possível encontrar o novo endereço; e três famílias se recusarem a responder a entrevista.

Vale esclarecer que algumas famílias de pescadores que compõem a lista já faziam parte do Cadastro Socioeconômico (CSE) da UHE Belo Monte, tendo sido atendidas por algum dos programas previstos PBA. É importante observar que o monitoramento social adota os mesmos critérios de classificação do público-alvo do referido Cadastro e Programas, sendo que, no caso dos pescadores exclusivamente atendidos por este Projeto 13.3.5, foi adotada a classificação “GT da PESCA” para o tipo de público, conforme acordado no ingresso dessas famílias no monitoramento social. Também foi criada a definição de Pescadores para a variável “Tipo de Família” (que classifica as famílias em família de pescadores ou outros tipos), bem como uma checagem, pós-aplicação do formulário, se a família realmente constava da listagem de participantes das Oficinas Participativas.

O **Quadro 13.3.5 - 2** a seguir apresenta a distribuição das famílias monitoradas por tipo de público e, na sequência, o **Quadro 13.3.5 - 3** apresenta estes quantitativos por município abrangido.

Quadro 13.3.5-2 – Distribuição das famílias e pescadores monitorados, por tipo de público – 1ª Campanha – Mar/2018

TIPO DE PÚBLICO	TOTAL DE FAMÍLIAS	TOTAL DE PESCADORES
GT da Pesca	525	768
Carta de Crédito Rural	21	32
Carta de Crédito Urbana	3	9
Aluguel Social	2	2
Indenização Rural	3	7
Indenização Urbana	24	42
Reassentamento em Áreas Remanescentes (RAR)	8	14
Reassentamento Rural Coletivo (RRC)	6	9
Reassentamento Urbano Coletivo (RUC)	132	187
Trecho de Vazão Reduzida Rural	16	24
Trecho de Vazão Reduzida Urbano	127	175
TOTAL	867	1269

Fonte: Norte Energia S.A.

Quadro 13.3.5-3 – Distribuição das famílias e pescadores monitorados, por tipo de público e município – 1ª Campanha – Mar/2018

MUNICÍPIO	TIPO DE PÚBLICO	TOTAL DE FAMÍLIAS	TOTAL DE PESCADORES
ALTAMIRA 409 FAMÍLIAS 567 PESCADORES	GT da Pesca	233	307
	Aluguel Social	2	2
	Carta de Crédito Rural	14	22
	Carta de Crédito Urbana	1	1
	Indenização Rural	2	3
	Indenização Urbana	23	39
	Reassentamento em Áreas Remanescentes (RAR)	3	7
	RUC Água Azul	20	24
	RUC Casa Nova	9	9
	RUC Jatobá	65	99
	RUC Laranjeiras	11	17
	RUC São Joaquim	16	19
	RUC Outros	7	13
Trecho de Vazão Reduzida Rural	2	4	

MUNICÍPIO	TIPO DE PÚBLICO	TOTAL DE FAMÍLIAS	TOTAL DE PESCADORES
	Trecho de Vazão Reduzida Urbana	1	1
ANAPU 60 FAMÍLIAS 76 PESCADORES	GT da Pesca	15	20
	Trecho de Vazão Reduzida Rural	5	5
	Trecho de Vazão Reduzida Urbana - Vila Izabel	2	2
	Trecho de Vazão Reduzida Urbana - Vila de Belo Monte do Pontal	36	47
	Trecho de Vazão Reduzida Urbana - Outros	1	1
	Carta de Crédito Rural	1	1
BRASIL NOVO 09 FAMÍLIAS 15 PESCADORES	GT da Pesca	7	12
	Carta de crédito Rural	2	3
SENADOR JOSÉ PORFÍRIO 162 FAMÍLIAS 262 PESCADORES	GT – Pesca	110	180
	Carta de Crédito Rural	2	3
	Carta de Crédito Urbana	1	6
	RUC – Outros	3	5
	Trecho de Vazão Reduzida Rural	7	12
	Trecho de Vazão Reduzida Urbana - Garimpo do Galo	3	5
	Trecho de Vazão Reduzida Urbana - Ilha da Fazenda	13	19
	Trecho de Vazão Reduzida Urbana - Ressaca	21	28
	Trecho de Vazão Reduzida Urbana - Outros	2	4
	VITÓRIA DO XINGU 227 FAMÍLIAS 337 PESCADORES	GT – Pesca	160
Carta de Crédito Urbana		1	2
Carta de Crédito Rural		2	3
Indenização Rural		1	4
Indenização Urbana		1	3
Reassentamento em Áreas Remanescentes (RAR)		5	7
Reassentamento Rural Coletivo (RRC)		6	9
RUC Outros		1	1
Trecho de Vazão Reduzida Rural		2	3
Trecho de Vazão Reduzida Urbana - Vila de Belo Monte		44	60
Trecho de Vazão Reduzida Urbana - Outros		4	8

MUNICIPIO	TIPO DE PÚBLICO	TOTAL DE FAMÍLIAS	TOTAL DE PESCADORES
TOTAL		867	1269

Fonte: Norte Energia S.A.

As **Figuras 13.3.5 - 2 a 13.3.5 - 5** a seguir apresentam momentos da pesquisa de campo junto ao público pescador.



Figura 13.3.5 - 2 – coleta de dados de pescador – Igarapé Carmelita - Senador José Porfírio



Figura 13.3.5 - 3 – abordagem de pescadora – Senador José Porfírio - Urbano



Figura 13.3.5 - 4 – coleta de dados de pescador – Igarapé Pacajaí – Senador José Porfírio



Figura 13.3.5 - 5 – coleta de dados de pescadora – Vitória do Xingu - Urbano

13.3.5.2.2.1.A. INDICADORES DE VULNERABILIDADE

Os indicadores de risco social e vulnerabilidade foram calculados para o total de famílias de pescadores monitoradas na 1ª campanha, ocorrida entre o segundo semestre de 2017 e o início de 2018. Assim, do universo de 809 famílias entrevistadas na 1ª campanha, um total de 297 famílias e 477 pescadores apresentaram alguma ocorrência de risco social, sendo 194 famílias (321 pescadores) com o Índice de Desenvolvimento Familiar (IDF) abaixo de 0,5, 47 (quarenta e sete) famílias (59 – cinquenta e nove

pescadores) identificadas com um ou mais agravos que a classificaram em Casos Notáveis, e 56 (cinquenta e seis) famílias (97 – noventa e sete pescadores) para as quais ocorreu tanto IDF abaixo de 0,5, quanto Casos Notáveis.

A distribuição das famílias de pescadores por município, com indicação da vulnerabilidade, é apresentada no **Quadro 13.3.5 - 4**.

Quadro 13.3.5-4 – Famílias e Pescadores com indicadores de vulnerabilidade, distribuídos por município e tipo de público – 1ª Campanha de Pescador¹

MUNICÍPIO	TIPO DE PÚBLICO	IDF ABAIXO DE 0,50		CASOS NOTÁVEIS		DUPLA OCORRÊNCIA (IDF E CN)		TOTAL	
		TOTAL DE FAMÍLIAS	TOTAL DE PESCADORES	TOTAL DE FAMÍLIAS	TOTAL DE PESCADORES	TOTAL DE FAMÍLIAS	TOTAL DE PESCADORES	TOTAL DE FAMÍLIAS	TOTAL DE PESCADORES
ALTAMIRA (106 famílias de pescador)	GT DA PESCA	33	46	24	26	14	20	71	92
	ALUGUEL SOCIAL			1	1	1	1	2	2
	CARTA DE CREDITO RURAL	9	15	1	2	1	1	11	18
	CARTA DE CREDITO URBANA			1	1			1	1
	INDENIZACAO RURAL	1	1					1	1
	INDENIZACAO URBANA	2	4			1	1	3	5
	REASSENTAMENTO URBANO COLETIVO (RUC) - OUTRO			1	3	2	3	3	6
	REASSENTAMENTO URBANO COLETIVO (RUC) - AGUA AZUL	2	2	1	1	3	4	6	7
	REASSENTAMENTO URBANO COLETIVO (RUC) - JATOBA	3	3	1	5			4	8
	REASSENTAMENTO URBANO COLETIVO (RUC) - SAO JOAQUIM	2	3					2	3
	REASSENTAMENTO URBANO COLETIVO (RUC) - LARANJEIRAS			1	1			1	1
TRECHO DE VAZAO REDUZIDA URBANO			1	1			1	1	
ANAPU (14 famílias de pescador)	GT DA PESCA	4	6			1	2	5	8
	CARTA DE CREDITO RURAL	1	1					1	1
	TRECHO DE VAZAO REDUZIDA RURAL	2	2					2	2
	TRECHO DE VAZAO REDUZIDA URBANO	3	6	2	2	1	2	6	10
BRASIL NOVO (2 famílias de pescador)	GT DA PESCA	2	4					2	4

MUNICÍPIO	TIPO DE PÚBLICO	IDF ABAIXO DE 0,50		CASOS NOTÁVEIS		DUPLA OCORRÊNCIA (IDF E CN)		TOTAL	
		TOTAL DE FAMÍLIAS	TOTAL DE PESCADORES	TOTAL DE FAMÍLIAS	TOTAL DE PESCADORES	TOTAL DE FAMÍLIAS	TOTAL DE PESCADORES	TOTAL DE FAMÍLIAS	TOTAL DE PESCADORES
SENADOR JOSE PORFIRIO (96 famílias de pescador)	GT DA PESCA	59	105			15	29	74	134
	CARTA DE CREDITO RURAL	2	3					2	3
	CARTA DE CREDITO URBANA					1	6	1	6
	REASSENTAMENTO URBANO COLETIVO (RUC) - OUTRO	1	2					1	2
	TRECHO DE VAZAO REDUZIDA RURAL	4	7			1	2	5	9
	TRECHO DE VAZAO REDUZIDA URBANO	12	21			1	1	13	22
VITORIA DO XINGU (79 famílias de pescador)	GT DA PESCA	43	71	11	14	11	21	65	106
	CARTA DE CREDITO RURAL	1	2					1	2
	INDENIZACAO RURAL	1	4					1	4
	INDENIZACAO URBANA	1	3					1	3
	REASSENTAMENTO EM AREAS REMANESCENTES (RAR)	1	1			1	1	2	2
	REASSENTAMENTO URBANO COLETIVO (RUC)			1	1			1	1
	TRECHO DE VAZAO REDUZIDA URBANO	5	9	1	1	2	3	8	13
TOTAL		194	321	47	59	56	97	297	477

Fonte: Norte Energia S.A.

1. A 1ª Campanha de Pescador ocorreu no segundo semestre de 2017 e início de 2018.

13.3.5.2.2.1.B. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS DE PESCADORES ACOMPANHADAS

Em relação à evolução de indicadores socioeconômicos, o Projeto 4.6.1 se atém a três variáveis, a saber: (i) a renda familiar média e a renda familiar *per capita*; (ii) a renda familiar *per capita* em comparação à linha de pobreza; e (iii) a escolaridade da população monitorada. No caso específico do público pescador, os dados se referem à 1ª Campanha, que foi realizada conjuntamente com a 10ª Campanha do público original, no segundo semestre de 2017. Dessa forma, no caso dos pescadores, ainda não há como se verificar sua evolução ao longo de diferentes campanhas, visto que a 2ª Campanha ainda está em curso.

A comparação entre os dados da 1ª Campanha de Pescadores e da 10ª campanha do público geral permite conhecer a situação entre esses dois públicos, uma vez que, quando se iniciou o monitoramento e o acompanhamento social dos pescadores, havia a dúvida se se tratava de um público que pudesse ter indicadores diversos ou menos satisfatórios quando comparado aos demais. Todavia, o que se constata em relação aos indicadores de renda é que não há diferença estatisticamente significativa entre as famílias de pescadores e de não pescadores.

A renda familiar média mensal declarada chega a ser maior (R\$ 1.702,69) dentre os pescadores quando comparada a de não pescadores (R\$ 1.641,64). Este valor é corroborado pela mediana, que chega a R\$ 1.400,00 para os pescadores e R\$ 1.350,00 para as famílias de não pescadores, ou seja, mesmo a renda média mensal recebida por 50% desse público chega a ser um pouco maior que aquela auferida pelo público de não pescadores. Os valores relativamente próximos entre a mediana e a média, no caso da renda familiar, são um indício de que não há concentração de renda digna de nota entre esses dois tipos de famílias.

Quanto à renda familiar *per capita* mensal, os valores entre famílias de pescadores e não pescadores permanecem próximos, mas, neste caso, pode haver uma diferença estatisticamente significativa. Constata-se uma inversão nos valores, ou seja, a renda familiar *per capita* mensal é um pouco inferior entre os pescadores (R\$ 394,13) quando comparada aos não pescadores (R\$ 429,98). A mesma situação é verificada em relação à mediana da renda familiar *per capita* mensal, sendo R\$ 357,22 para os pescadores e R\$ 410,00 para os não pescadores. Esta inversão dos valores dos indicadores, ou seja, por um lado as famílias de pescadores apresentam uma renda familiar média mensal superior às de não pescadores, mas, por outro, uma renda familiar *per capita* mensal menor, é um indício de que as famílias de pescadores tendem a ser maiores em número em relação às demais.

Outro indicador importante a ser levado em consideração são os parâmetros de linha de pobreza e de pobreza extrema que em 2018, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), se constitui das famílias com renda *per capita* menor que R\$ 170,00 e maior que R\$ 85,00, e menor que R\$ 85,00, respectivamente. As famílias em situação abaixo da linha de pobreza podem, por exemplo, ter acesso a

determinados programas sociais, como o “Bolsa Família”, desde que atendam a determinadas condicionantes. Já as famílias abaixo da linha de extrema pobreza podem acessar o “Bolsa Família” sem precisar atender a condicionantes. Dessa forma, ao se comparar a renda familiar *per capita* mensal tanto de pescadores, quanto de não pescadores, nota-se claramente que ambas se encontram significativamente acima da linha de pobreza e ainda mais da linha de pobreza extrema. Isto não quer dizer que não se trate de famílias com baixa renda, mas, ao se verificar a linha de pobreza, a renda *per capita* mensal das famílias de pescadores está R\$ 224,13 acima desse patamar, ao passo que, no caso da linha de extrema pobreza, essa diferença chega a ser de R\$ 309,13. Entre as famílias de não pescadores, essa diferença se encontra respectivamente em R\$ 259,98 e R\$ 344,98.

Os dados acima comentados podem ser constatados no **Quadro 13.3.5 - 5**, a seguir.

Quadro 13.3.5-5 – Renda familiar média e renda familiar per capita mensal do público monitorado pelo Projeto 4.6.1, segundo Família de Pescador (1ª campanha) e de NÃO Pescador – 10ª Campanha

Renda	Família de pescador ¹	Família NÃO é de pescador	Total
Renda familiar média mensal	R\$ 1.702,69	R\$ 1.641,64	R\$ 1.656,87
Mediana	R\$ 1.400,00	R\$ 1.350,00	R\$ 1.366,67
Renda familiar <i>per capita</i> mensal	R\$ 394,13	R\$ 429,98	R\$ 420,18
Mediana	R\$ 357,22	R\$ 410,00	R\$ 400,00
Diferença entre a Renda familiar e a Linha de Pobreza (R\$ 170,00)	R\$ 224,13	R\$ 259,98	R\$ 250,18
Diferença entre a Renda familiar e a Linha de Pobreza Extrema (R\$ 85,00)	R\$ 309,13	R\$ 344,98	R\$ 335,18

Fonte: WorleyParsons/ Elaboração Norte Energia.

1. Família de pescador corresponde a:

- a) Família cujo membro que pratica a pesca conste na lista das Oficinas Participativas / devolutivas dos pescadores (pertencem ao GT da Pesca) ou;
- b) Família monitorada pelo Projeto 4.6.1 que possua, conjuntamente:
 - pelo menos um membro com atividade principal ou secundária na pesca comercial ou de subsistência;
 - e
 - que esse membro possua carteira de pescador; e
 - que alguém da família seja cadastrado em alguma Colônia de Pesca; e
 - que a família tenha alguma despesa exclusivamente com pesca comercial e/ou de subsistência.

O fato de a renda familiar *per capita* mensal estar significativamente acima da linha de pobreza e de pobreza extrema não significa que, eventualmente, não haja famílias vivenciando tais situações. No entanto, ao se levar em consideração o quadro exposto acima, constata-se que o percentual de famílias abaixo da linha de pobreza é significativamente pequeno. Assim, ao se verificar a distribuição por faixa de renda, no caso das famílias de pescadores, apenas 0,9% não declarou renda, 5,3% se encontram abaixo da linha de pobreza extrema e 13,2 % estão entre a linha de pobreza e de pobreza extrema. Com isto, a grande maioria (80,6%) se encontra acima da linha de

pobreza. Fato similar ocorre com as famílias de não pescadores, ou seja, apenas 1,2% declarou não possuir renda, 4,5% se encontram abaixo da linha de pobreza extrema, 10,7% estão entre a linha de pobreza e de pobreza extrema, e 83,5% estão acima da linha de pobreza (**Quadro 13.3.5 - 6**).

Quadro 13.3.5-6 – Renda familiar *per capita* mensal do público monitorado pelo Projeto 4.6.1, segundo Família de Pescador, por Família e Membro Pescador, e Família de NÃO Pescador, por linha de pobreza – 10ª Campanha

Renda	Família de pescador ¹				Família NÃO é de pescador		Total de Famílias	
	Família	%	Membro pescador	%	Abs.	%	Abs.	%
Sem renda	7	0,9%	8	0,7%	33	1,4%	36	1,2%
Abaixo de R\$ 85,00	43	5,3%	68	5,6%	103	4,2%	131	4,5%
Entre R\$ 85,00 e R\$ 170,00 (inclusive)	107	13,2%	178	14,7%	241	9,9%	309	10,7%
Acima de R\$ 170,00	652	80,6%	957	79,0%	2.056	84,5%	2.407	83,5%
Total	809	100%	1.211	100%	2.433	100%	2.883	100%

Fonte: WorleyParsons/ Elaboração Norte Energia. * absoluto

1. Família de pescador corresponde a:

- a) Família cujo membro que pratica a pesca conste na lista das Oficinas participativas/devolutivas dos pescadores (pertencem ao GT da Pesca); ou
- b) Família monitorada pelo projeto 4.6.1 que possua, conjuntamente:
 - pelo menos um membro com atividade principal ou secundária na pesca comercial ou de subsistência;
 - e
 - que esse membro possua carteira de pescador; e
 - que alguém da família seja cadastrado em alguma Colônia de Pesca; e
 - que a família tenha alguma despesa exclusivamente com pesca comercial e/ou de subsistência.

No que se refere à escolaridade dos componentes de famílias de pescadores, nota-se uma menor proporção de pessoas com ensino médio (15,4%) em comparação com as famílias de não pescadores. Contrariamente, há maior proporção de moradores com ensino fundamental/anos iniciais e analfabetos entre as famílias de pescadores (40,5% e 11,6% respectivamente) na comparação com os não pescadores (31,7% e 7,3% respectivamente). No caso dos analfabetos, no entanto, não há diferença estatisticamente significativa. Já em relação ao ensino fundamental/anos finais, a proporção é a mesma entre esses dois tipos de famílias, com 25,3% para as famílias de pescadores e 27,5% entre os não pescadores.

Os dados mostram que ambos os tipos de famílias podem ser caracterizados pela baixa escolaridade, a se notar que a maior proporção se encontra entre aqueles com escolaridade fundamental/anos iniciais e pela praticamente ausência de pessoas com ensino superior (0,8% entre os pescadores e 1,4% entre os não pescadores). De forma geral, os membros de famílias de pescadores tendem a apresentar uma escolaridade um pouco mais baixa, mas, em quase todos os níveis de escolaridade, não se observa uma diferença estatisticamente significativa.

Esses dados podem ser observados no **Quadro 13.3.5 -7** abaixo.

Quadro 13.3.5-7 – Escolaridade da população monitorada pelo Projeto 4.6.1, segundo Família de Pescador, por Total de Membros e Membros Pescadores, e Família de NÃO Pescador – 10ª Campanha

Escolaridade ²	Família de pescador ¹				Família NÃO é de pescador		Total de Famílias	
	Total de membros ⁵	%	Membro pescador ⁶	%	Total de membros ⁵	%	Abs.	%
Analfabeto ³	369	11,6%	259	21,6%	619	7,3%	988	8,5%
Educação Infantil	202	6,4%	0	0,0%	640	7,6%	842	7,3%
Fundamental/anos iniciais	1.285	40,5%	573	47,8%	2679	31,7%	3964	34,1%
Fundamental/anos finais	803	25,3%	241	20,1%	2317	27,5%	3120	26,9%
Ensino Médio	489	15,4%	121	10,1%	2064	24,5%	2553	22,0%
Ensino Superior ⁴	24	0,8%	5	0,4%	119	1,4%	143	1,2%
Total	3.172	100%	1.199	100%	8.438	100%	11.610	100%

Fonte: WorleyParsons/ Elaboração Norte Energia. * absoluto

1. Família de pescador corresponde a:

a) Família cujo membro que pratica a pesca conste na lista das Oficinas participativas/devolutivas dos pescadores (pertencem ao GT da Pesca); ou

b) Família monitorada pelo projeto 4.6.1 que possua, conjuntamente:

- pelo menos um membro com atividade principal ou secundária na pesca comercial ou de subsistência;

e

- que esse membro possua carteira de pescador; e

- que alguém da família seja cadastrado em alguma Colônia de Pesca; e

- que a família tenha alguma despesa exclusivamente com pesca comercial e/ou de subsistência.

2. Escolaridade corresponde à última série completa.

3. Analfabeto corresponde às pessoas de 15 anos ou mais que nunca estudaram ou cursaram até a Educação Infantil e pararam de estudar.

4. Ensino Superior corresponde às pessoas que cursaram o 3º ano completo ou pós-graduação.

5. Corresponde ao total de membros da família que declararam sua escolaridade ou ser analfabetos. Não inclui as pessoas que declararam nunca ter estudado.

6. Corresponde aos membros da família que são pescadores e declararam sua escolaridade ou ser analfabetos. Não inclui as pessoas que declararam nunca ter estudado.

13.3.5.2.2.2. ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL AO PÚBLICO PESCADOR

O atendimento que vem sendo realizado às famílias de pescadores em situação de vulnerabilidade social é feito mediante encaminhamento aos serviços públicos da rede de proteção socioassistencial e demais políticas setoriais (educação, saúde, habitação, trabalho, Sistema de Garantia de Direitos etc.), nos mesmos moldes e também pela equipe responsável pela execução do Projeto 4.6.2 do PBA. Este tipo de atendimento é viabilizado de duas formas: atendimento direto às famílias residentes nas áreas interferidas por meio de Serviços Conveniados (em Altamira e Vitória do Xingu) e pela Unidade de Atendimento Social Móvel (nos demais municípios da AID)., Nos municípios em que há serviços conveniados, as equipes multidisciplinares (assistentes sociais,

pedagogos, psicólogos e técnicos de apoio) dos Serviços Conveniados realizam visitas domiciliares com o objetivo de garantir o acesso e encaminhar as famílias em situação de vulnerabilidade à rede pública de serviços.

Nos demais municípios da AID, o PBA não prevê a implantação de serviços na forma de convênio como forma de apoio à gestão municipal do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Neste caso, é a equipe multidisciplinar do Projeto que realiza as visitas domiciliares de primeiro atendimento. Nestas visitas, a situação da família é registrada nos instrumentos apropriados e, quando constatada uma situação de vulnerabilidade social e/ou risco pessoal, são recomendados encaminhamentos adequados à rede de proteção socioassistencial. Com base neste registro, os municípios de Anapu, Brasil Novo, Medicilândia e Senador José Porfírio têm condições de referenciar e inserir as famílias interferidas nos seus respectivos SUAS e dar prosseguimento ao acompanhamento familiar.

O formato de atendimento descrito acima é realizado a todas as famílias da população atingida diretamente pela UHE Belo Monte e encaminhadas ao Projeto 4.6.2, o que inclui as famílias de pescadores. O **Quadro 13.3.5-8** apresenta um balanço sintético das atividades de atendimento realizadas a este público específico.

Quadro 13.3.5-8 – Balanço sintético das atividades de atendimento a famílias de pescadores

Unidade de Atendimento	Solicitação de Atendimento	Famílias Em Acompanhamento	Modalidade de Visita³	Encaminhamento
Altamira	282	162	628	224
Vitória do Xingu	142	100	350	66
Atendimento Móvel	238	128	184	*

³ **Visita de busca:** quando a família é visitada, mas não é localizada (mudou de endereço, casa fechada ou derrubada). A prioridade, nestes casos, é continuar a busca de seu paradeiro, programando novas visitas para tentar obter informações da vizinhança, familiares, bases de dados de outros projetos, programas etc. Caso seja constatado que a família mudou para outro município da Área de Influência Indireta (AII) ou esta, apesar de todos os esforços, não foi localizada, realiza-se a transferência para a unidade responsável em realizar o atendimento no local ou o desligamento da família, respectivamente.

Visita de primeiro atendimento: quando a família é visitada, encontrada e o responsável familiar é entrevistado. É a partir desta visita que a equipe técnica identifica as vulnerabilidades de cada componente familiar e indica os encaminhamentos adequados à rede de proteção socioassistencial e demais políticas setoriais. A visita é realizada por uma equipe multidisciplinar composta por assistente social, psicólogo e pedagogo.

Visita de acompanhamento/ atendimento especializados (psicológico e pedagógico) – apenas para os Serviços Conveniados: visitas domiciliares com o objetivo de dar continuidade ao acompanhamento familiar e verificar a resolutividade de encaminhamentos realizados à rede.

Unidade de Atendimento	Solicitação de Atendimento	Famílias Em Acompanhamento	Modalidade de Visita ³	Encaminhamento
TOTAL	662 ⁴	390	1.162	290

* Aos Outros Municípios são realizadas recomendações para orientar o atendimento das municipalidades e, por isto, não são contabilizadas como encaminhamentos.

Os quantitativos apresentados no Quadro acima englobam duas situações diferentes: a primeira corresponde a famílias de pescadores que já eram acompanhadas pelo Projeto 4.6.2 desde setembro de 2012 e, a segunda, corresponde a novas famílias que pertencem ao segmento específico de público-alvo que passou a ser monitorado e encaminhado para o Projeto 4.6.2 a partir da 1ª Campanha de Monitoramento dos Pescadores do Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs (4.6.1), no início do segundo semestre de 2017 .

Assim, quando o Projeto de Monitoramento dos Pescadores (4.6.1) encaminha uma nova solicitação de atendimento ao Projeto 4.6.2 e esta destina-se a uma família já acompanhada anteriormente, foram incluídos, no quantitativo, o total de solicitações de atendimento, as modalidades de atendimento (visitas domiciliares) e os encaminhamentos realizados à rede desde o seu primeiro atendimento. Portanto, os quantitativos se referem ao atendimento prestado pelo Projeto 4.6.2 no período anterior e posterior ao início do monitoramento específico do público-alvo “pescador” pelo Projeto 4.6.1.

No que diz respeito às 128 famílias de pescadores em acompanhamento pela Unidade de Atendimento Móvel, a maioria reside no município de Senador José Porfírio (98 – noventa e oito), seguido por Anapu (25 – vinte e cinco), Brasil Novo (três) e Medicilândia (uma).

Do número total de famílias de pescadores acompanhados pelo Projeto 4.6.2, 81 (oitenta e uma) residem em localidades da Volta Grande do Xingu (VGX), sendo que 23 (vinte e três) são atendidas pelo Serviço Conveniado de Vitória do Xingu e 58 (cinquenta e oito) pela Unidade de Atendimento Móvel, conforme demonstra o **Quadro 13.3.5-9**.

⁴ Solicitações de atendimento: uma família pode receber mais de uma solicitação de atendimento encaminhada por mais de um Projeto do PBA (em especial os Projetos com maior interface), durante o trabalho de campo, em períodos diferentes.

Quadro 13.3.5-9 – Localidades das famílias de pescadores que residem na Volta Grande do Xingu em acompanhamento pelo Projeto 4.6.2

MUNICÍPIO/ LOCALIDADE	QUANTIDADE
Vitória do Xingu	23
Arroz Cru	2
Belo Monte	11
Furo Seco	1
Gleba Paquiçamba	2
Nova Conquista	2
Paratizão	5
Anapu	25
Bacaja	2
Barra do Vento	2
Belo Monte do Pontal	15
Ilha dos Carajás	2
Travessão do Rio das Pedras	1
Travessão do Santana	1
Vila Sete Meio	1
Outra localidade	1
Senador José Porfírio	33
Garimpo do Galo	2
Gleba Bacajaí	2
Ilha da Fazenda	9
Itata	2
Ituna	1
Região do Landir	1
Ressaca	14
Travessão do Pirara	1
Vila Nova	1
TOTAL	81

O **Quadro 13.3.5 – 10**, por sua vez, descreve a quantidade e a resolutividade dos encaminhamentos realizados para a rede de proteção de assistência social, serviços de outras políticas setoriais (saúde, educação etc.), setor de garantia de direitos (Conselho Tutelar, Ministério Público etc.) e atendimento dos Serviços Conveniados de Altamira e Vitória do Xingu.

Quadro 13.3.5-10 – Tipo de encaminhamentos às famílias de pescadores em Altamira e Vitória do Xingu

MODALIDADE DE ENCAMINHAMENTO	QUANT.
Saúde - Rede de Serviços	103
Documentação Civil	47
Serviço Conveniado - Atendimento Psicológico	30
Cadastro Único - Inclusão e Atualização	29
Acesso a Benefícios Eventuais	26
Para o Centro Regional de Assistência Social (CRAS)	14
Educação - Rede de Serviços	9
Sistema de Garantia de Direitos	8
Serviço de Convivência e Fortalecimento voltados a crianças e adolescentes	7
Trabalho - Rede Serviços (capacitação, geração de trabalho e renda)	6
Serviço Conveniado - Atendimento Pedagógico	5
Para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - visando o Benefício assistencial ao idoso e à pessoa com deficiência (BPC) e outros benefícios	5
Documentação não civil (carteira de pescador ou outros documentos)	1
TOTAL	290

13.3.5.2.3. AÇÕES DE ATES

Este item apresenta as ações de ATES e de criação da Cooperativa de Pescadores de Belo Monte (COOPBPM) que foram desenvolvidas no primeiro semestre de 2018, em continuidade ao que foi validado junto ao público-alvo (conforme orientação do PT nº 05/2017/COHID/CGTEF/DILIC, encaminhado pelo Ofício nº 24/2017/ COHID

/CGTEF/DILIC-IBAMA). Os trabalhos de mobilização dos pescadores, como também os resultados das oficinas de planejamento participativo que conduziram à construção da proposta de ações a serem realizadas junto a este público, constam em relatório encaminhado ao IBAMA pela CE 640/2017-DS (datada de 14/09/2017).

A proposta consiste em privilegiar ações de apoio à manutenção da atividade da pesca, de forma sustentável, reduzindo a adoção de medidas de compensação de alcance individual às situações específicas. Tais ações serão suportadas por uma organização de pescadores no formato de cooperativa. Deverá ser firmado um Termo de Compromisso entre Norte Energia e a COOPPB, contemplando a conclusão das instalações do CIPAR, a implantação, estruturação fiscal, tributária, jurídica e administrativa da cooperativa, como também o desenvolvimento de projetos produtivos.

Durante a realização das Oficinas de Planejamento Participativo das Ações de ATES e outras reuniões que vêm ocorrendo junto aos pescadores, alguns participantes alegaram estar passando dificuldades. Assim, estão sendo realizadas ações para atendimento dessas famílias de pescadores, num processo de transição até a sua inserção no âmbito das ações de ATES.

Os itens apresentados a seguir descrevem os processos afetos à criação da cooperativa; realização de ações de atendimento às famílias; e reuniões com lideranças.

13.3.5.2.3.1. CRIAÇÃO DA COOPERATIVA

Com o objetivo de discutir e planejar o processo de formação e legalização da COOPPB, foram realizadas várias reuniões com técnicos da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), conforme lista que consta do **Anexo 13.3.5-8**. Nestes eventos foram discutidos os seguintes assuntos: o Plano de Assistência Técnica, Social e Ambiental; o processo de formação da COOPPB; o cronograma de execução das ações de constituição, capacitação e gestão da Cooperativa de Pescadores de Belo Monte; a minuta de estatuto; e a apresentação das ações do Projeto para a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (SEDEME) visando futuras parcerias e o processo de fundação e legalização da COOPPB. Em complementação às discussões ocorridas nessas reuniões, os representantes da OCB realizaram uma visita ao CIPAR com o objetivo de conhecer as instalações (**Figuras 13.3.5 - 6 a 13.3.5 - 13**).



**Figura 13.3.5-6 – Reunião com OCB
23/01/2018**



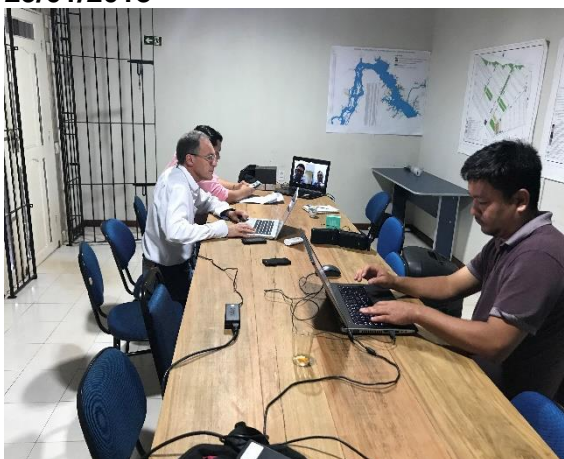
**Figura 13.3.5-7 – Visita ao porto das
carroças. 29/01/2018**



**Figura 13.3.5-8 – Visita ao CIPAR.
29/01/2018**



**Figura 13.3.5-9 – Visita ao CIPAR.
29/01/2018**



**Figura 13.3.5-10 – Reunião com a OCB.
07/05/2018**



**Figura 13.3.5-11 – Reunião com a OCB
e SEDEME. 25/05/2018**



Figura 13.3.5-12 – Reunião com a OCB e setor jurídico da Norte Energia. 25/05/2018



Figura 13.3.5-13 – Reunião com a OCB e setor jurídico da Norte Energia. 25/05/2018

A fundação da Cooperativa ocorreu em 22 de junho de 2018 por meio de um conjunto de atividades articuladas e encontram-se em andamento as providências administrativas para conclusão de sua formalização, mediante registro na Junta Comercial e obtenção do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), entre outras providências para a sua regularização jurídica.

Considerando a área geográfica de atuação da Cooperativa e a necessidade de se manter o processo de relacionamento com os pescadores com alto nível de participação, optou-se por um modelo de representação por meio de delegados. Esta alternativa foi alvo de discussões prévias que contou com a assessoria da OCB. Para que fossem respeitados os aspectos formais e para que esses delegados pudessem representar os pescadores na Assembleia Geral de constituição da Cooperativa, foi necessária uma etapa de legitimação desses delegados junto aos pescadores de suas respectivas regiões. O modelo de representação consistiu na realização de pré-assembleias nas diversas regiões, quando foram apresentados os principais conceitos sobre cooperativismo e os temas associados à fundação da Cooperativa, tais como: o estatuto, regimento de delegados, quotas-partes, forma de representação, entre outros. Assim, em 16 de junho de 2018, realizou-se reunião com o conjunto de delegados que já vinha participando do processo desde as reuniões de junho e julho de 2017. A reunião se deu em Altamira, às 14:30 horas, nas dependências do escritório da empresa executora da ATES. Os delegados das outras regiões, distantes de Altamira, foram apoiados pela empresa com transporte para o local da reunião. O objetivo geral da reunião foi o de informar sobre os próximos passos, apresentar o planejamento das pré-assembleias e da assembleia geral e, particularmente, discutir dois pontos principais para ajustar os procedimentos correntes ao que é previsto no Regimento de Delegados proposto, a saber i) a necessidade de se fazer ajustes no grupo de delegados e legitimar esse novo conjunto nas pré-assembleias; e ii) informar, aos então delegados que pretendessem se candidatar a algum cargo da futura diretoria da Cooperativa, da necessidade de desistirem do cargo de delegado para que pudessem se apresentar como candidatos à diretoria da Cooperativa.

Informou-se também ao grupo sobre o apoio da Norte Energia à Cooperativa por meio de um instrumento jurídico denominado de Termo de Compromisso, que compreende uma espécie de contrato em que cada uma das partes assume responsabilidades e direitos.

Do grupo presente à reunião, sete delegados decidiram deixar o cargo para poderem participar, como candidatos, do processo de eleição da diretoria da Cooperativa. Definiu-se também que os delegados que não puderam estar presentes nessa reunião seriam informados sobre a necessidade de optarem por participar como delegados ou candidatos à diretoria, sendo que as definições seriam feitas durante as pré-assembleias. No **Anexo 13.3.5-9** e nas **Figuras 13.3.5 - 14** e **13.3.5 - 15** são apresentadas as evidências dessas atividades.

Para maior transparência, ficou acordado que um grupo de delegados acompanhe todas essas reuniões de pré-assembleia. Alguns delegados se dispuseram a fazer esse trabalho, acompanhando a equipe técnica nas reuniões.



Figura 13.3.5-14 - Reunião preparatória das pré-assembleias com Delegados representantes dos pescadores – Altamira – 16/06/2018



Figura 13.3.5-15 – Reunião preparatória das pré-assembleias com Delegados representantes dos pescadores – Altamira – 16/06/2018

Foram realizadas quatro pré-assembleias: em Altamira, em Vitória do Xingu, na comunidade de Ressaca e em Belo Monte do Pontal. O roteiro geral das pré-assembleias incluiu a apresentação, pelo técnico da OCB, dos principais conceitos sobre cooperativismo, cooperação e a cooperativa; dos principais artigos do estatuto social proposto, destacando-se a Delimitação, Objetivos e Objeto Social, Quotas-Partes, Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização; e do Regimento de Delegados e o processo de constituição.

Pré-assembleia em Altamira:

Em Altamira, a pré-assembleia foi realizada em 18 de junho de 2018, no Auditório II do Centro de Convenções e Cursos, da Prefeitura de Altamira. No início da reunião houve

intervenção de representantes da Colônia de Pescadores de Altamira, que propunham tratar de outros assuntos estranhos à reunião. A plenária foi consultada sobre a pertinência da inclusão de outros assuntos na pauta do dia e concluíram que poderiam, sim, serem discutidos, porém isso só deveria ser dar ao término da pauta prevista para a assembleia. (**Anexo 13.3.5-10**)

Durante a exposição dos assuntos pautados foram ratificados os principais itens do estatuto, tais como a área de abrangência, confirmando-se as regiões de Altamira, Anapu, Belo Monte, Belo Monte do Pontal, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio (Ressaca, Ilha da Fazenda, Garimpo do Galo – regiões da Volta Grande do Xingu). Sobre a Quota-parte, foi sugerido, nessa pré-assembleia, um valor mínimo de R\$10,00. Apresentou-se para validação a estrutura geral da diretoria, composta por três diretores, conselheiros fiscais e delegados. Foi explicado o modelo de representação, no qual os diretores (Conselho de Administração) e os Conselheiros Fiscais seriam eleitos pelos Delegados, na Primeira Assembleia Geral. Dessa forma os Delegados não poderiam, portanto, fazer parte do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. Então, caso tivessem interesse em ocupar cargos na diretoria, precisariam abdicar dos cargos de Delegados. Foram chamados os então Delegados para reeleição. Apresentaram-se 1-Francélia Nogueira da Costa, 2-Denis Cruz Araújo, 3-Raimundo Braga Gomes, 4-Hildo Costa da Costa, 5-Manoel Câmara da Silva, 6-Leonardo Batista, 7-Weides Alves Dutra, 8-Elizângela Viana da Silva, 9-Antônio Neto Correia da Rocha, 10-Osmar Correia Rodrigues, 11-Joana Gomes da Silva, 12-Pedro Gomes dos Santos, 13-Cicílio Castanho Tavares Kayapó, 14-Edivaldo de Moraes e 15-Helena Freitas de Souza. Por aclamação, foram validados. Posteriormente, passou-se à escolha de suplentes para os delegados de Altamira. Apresentaram-se para votação cinco pescadores - Edimar Costa Sales, Edimar de Almeida Pinheiro, Fernando Estevão da Silva, Isaias Mendes de Oliveira e Técia Ferreira Carvalho - e foram ratificados pela plenária (**Figuras 13.3.5 - 16 a 13.3.5 - 19**).

Definiu-se o horário da Assembleia Geral de Constituição para as 14:00 hs do dia 22 de junho de 2018 no mesmo local dessa pré-assembleia.

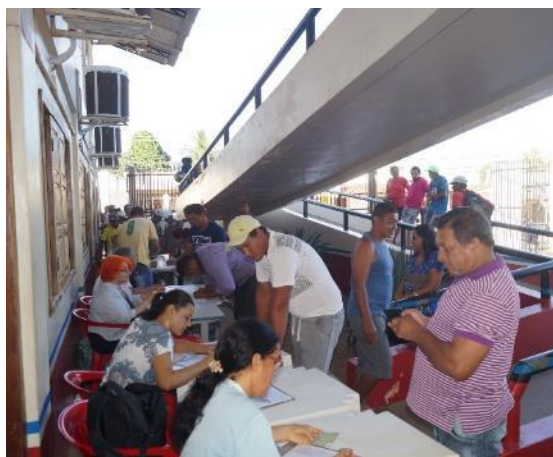


Figura 13.3.5-16 – Pré-assembleia, região de Altamira – recepção dos pescadores – 18/06/2018



Figura 13.3.5-17 – Pré-assembleia, região de Altamira – apresentações e discussões em plenária – 18/06/2018



Figura 13.3.5-18 – Pré-assembleia, região de Altamira – apresentações e discussões em plenária – 18/06/2018



Figura 13.3.5-19 – Pré-assembleia, região de Altamira – apresentações e discussões em plenária – 18/06/2018

Pré-assembleia em Vitória do Xingu:

Em Vitória do Xingu, na sede do município, a pré-assembleia destinada ao público pescador das localidades do trecho de restituição de vazão foi realizada em 19 de junho de 2018, no auditório conhecido como “Barraca da Santa”, localizada na Praça Matriz do município, e teve início à 9:40 horas. A reunião seguiu os mesmos moldes do que já havia sido apresentado para a região de Altamira. Houve uma discussão específica sobre possíveis conflitos entre a condição de ser cooperado e continuar a ter acesso a benefícios sociais e ao seguro defeso. Houve esclarecimento de que o benefício social do tipo “Bolsa Família” poderia ser questionado caso o beneficiário viesse a fazer parte de uma cooperativa. Na condição de cooperado poderia ter o benefício do “Bolsa Família” interrompido. Quanto ao seguro defeso, o entendimento é de que o pescador, cooperado ou não, deverá interromper a atividade de pesca no defeso, não existindo relação direta entre ser cooperado e alguma alteração no benefício do seguro defeso. Diante de insistentes questionamentos sobre esse assunto feitos por uma liderança dos pescadores presente à reunião, a equipe técnica se comprometeu em realizar novas consultas quanto aos aspectos jurídicos dessa questão. A maioria dos itens de pauta tiveram encaminhamento semelhante ao observado na pré-assembleia realizada no dia anterior em Altamira, no entanto, em relação ao valor da quota-parte, houve indicação distinta: os pescadores fizeram a sugestão de que o valor poderia ser superior, cerca de R\$ 100,00, que poderia ser dividido em parcelas para facilitar o pagamento por parte do pescador.

Da mesma forma que na reunião anterior, os atuais delegados foram chamados para serem ratificados no cargo. O quadro de delegados efetivos ficou como segue: 1-Izrael Nogueira Barbosa, 2-Sergio Armando Pires da Gama, 3-Valdereza de Sousa Furtado, 4-Sebastião Pires da Gama, 5-Eldereza de Sousa Furtado, 6- Benigna Gomes e 7-Israel Soares Tavares. Renunciaram ao cargo de delegado: Giácomo Dall’Acqua Schaffer, Jose Barbosa dos Santos, Ivanildo Barbosa, Carlos Alves Mendonça, Rosiano Mineiros de Souza. Foi eleito como suplente o Sr. Alex Machado da Silva. Em seguida, a

coordenadora solicitou que os interessados em participar da direção da Cooperativa se apresentassem. O Sr Giácomo Dall'Acqua Schaffer se apresentou e se propôs a concorrer ao cargo de Diretor Presidente. O sr. Rosiano Mineiros de Souza também se candidatou à diretoria da Cooperativa. A todos foi informado que ao término das pré-assembleias, no dia 21 de junho, seria realizada uma reunião com os interessados em compor a diretoria da Cooperativa para se tentar obter uma chapa de consenso. Informou-se a data, local e horário da assembleia geral de constituição da Cooperativa, que seria feita no modelo de representação por meio dos delegados e que todos os participantes deveriam levar consigo os documentos pessoais e comprovante de residência. Para os que não dispusessem de documento comprobatório de residência, foi informado que um documento equivalente poderia ser obtido por meio da Colônia de Pescadores (**Figuras 13.3.5 - 20 e 13.3.5 - 21**).



Figura 13.3.5-20 – Pré-assembleia, região de Vitória do Xingu – apresentações e discussões em plenária – 19/06/2018



Figura 13.3.5-21 – Pré-assembleia, região de Vitória do Xingu – apresentações e discussões em plenária – 19/06/2018

Pré-assembleia na Vila da Ressaca:

Em 20 de junho de 2018, realizou-se na vila de Ressaca, nas dependências da sede Cooperativa dos Garimpeiros da Região de Senador José Porfírio (COOMGRIF), a pré assembleia destinada aos pescadores da região da Ilha da Fazenda, Garimpo do Galo e Ressaca. A reunião foi conduzida pela coordenadora geral dos trabalhos pela empresa executora da ATES e contou também com a consultoria da OCB, por meio de Jamerson Carvalho, para a apresentação dos princípios do cooperativismo, artigos do estatuto, regimento de delegados e os aspectos formais da constituição da Cooperativa, da mesma forma que nas reuniões anteriores. A discussão do valor da quota parte, que na pré-assembleia de Altamira havia sido definido em R\$10,00 e na reunião em Vitória do Xingu em R\$ 100,00, foi feita com o grupo e se estabeleceu o valor de R\$ 200,00, que poderia ser dividido em quatro parcelas.

Após os esclarecimentos sobre a estrutura da diretoria da futura cooperativa e do papel dos delegados como representantes dos pescadores, foi feita a reeleição dos então delegados. Continuaram como delegados efetivos: 1-Rosilda Costa da Silva, 2-Darlindo

Silva de Menezes, 3-Eliezio Sousa da Luz, 4-Maria Soares Bispo de Oliveira, 5- Maria Adelir Sampaio dos Santos. Renunciaram ao cargo de delegado: Carlos Sales dos Santos e Pedro Soares de Aragão. Foram eleitos suplentes de delegado João Carlos Ladeira Pantoja e Camila Lima de Souza. Apresentaram-se como interessados em participar da diretoria da cooperativa os senhores Pedro Soares de Aragão e Manoel Menezes da Silva.

Foram dados os informes sobre a reunião do dia 21 de junho, com os candidatos à diretoria e o apoio do projeto para transporte e acomodação em Altamira (**Figuras 13.3.5 - 22 e 13.3.5 - 23**).



Figura 13.3.5-22 – Pré-assembleia, Ressaca – apresentações e discussões em plenária – 20/06/2018



Figura 13.3.5-23 – Pré-assembleia, Ressaca – validação e eleição de delegados – 20/06/2018

Pré-assembleia em Belo Monte do Pontal

Em 21 de junho de 2018, realizou-se na localidade de Belo Monte II, na quadra poliesportiva da Escola Municipal Infantil Fundamental (EMEIEF) do Evangelho, a pré-assembleia com os pescadores da região da Volta Grande do Xingu, especificamente as comunidades do entorno de Belo Monte e Belo Monte do Pontal. A coordenadora geral dos trabalhos pela empresa executora da ATES fez uma recuperação das tratativas anteriores com esse público e, diante da situação particular dessa região da Volta Grande do Xingu, realçou a necessidade de que fosse viabilizada, nos trabalhos com a Cooperativa, a inclusão de projetos alternativos de geração de renda. Citou também a previsão da celebração de um Termo de Compromisso entre a Norte Energia e a COOPBPM, no qual serão definidos valores a serem aplicados e os tipos de projetos a serem implantados. A reunião seguiu o rito das reuniões anteriores, no entanto, a discussão da questão da quota-parte levou a se considerar um valor mais alto, de R\$ 200,00, para ser dividido em até 10 (dez) parcelas. Da mesma forma, foram ratificados e eleitos delegados para a assembleia geral de constituição e para as demais assembleias gerais da Cooperativa. Foram ratificados no cargo: 1 - Edileuza Santos da Silva, 2 - Maria Dociléia dos Santos Pinto, 3 - Francisco Gomes Bessa e 3 - Silvanei Ribeiro. Outros delegados foram eleitos na ocasião, 4 - Benedito de santos Martins e 5 - Rosinei da Silva Ribeiro. Discutiu-se, também, a questão do benefício social do “Bolsa

Família” e das implicações no caso de filiação do beneficiário. A questão de se ter algum tipo de remuneração para os delegados, diretores e conselheiros da cooperativa foi assunto que surgiu em quase todas as reuniões e passou a fazer parte da pauta a ser levada para a deliberação na Assembleia Geral de constituição da COOPBPM, planejada para o dia 22 de junho (**Figuras 13.3.5-24 e 13.3.5-25**).



Figura 13.3.5-24 – Pré-assembleia, Belo Monte II – apresentações e discussões em plenária – 21/06/2018



Figura 13.3.5-25 – Pré-assembleia, Belo Monte II – eleição de delegados – 21/06/2018

Em 21 de junho de 2018, após a realização de todas as pré-assembleias, realizou-se uma reunião preparatória da Assembleia Geral de constituição da Cooperativa. Para essa reunião foram convidados os pescadores que, nas pré-assembleias regionais, se apresentaram como candidatos a algum cargo na diretoria da Cooperativa com o objetivo de se compor uma direção consensual com representantes de todos os municípios, conforme acordado nas pré-assembleias. A reunião ocorreu em Altamira nas dependências da empresa executora da ATEs, com início às 17:00 horas.

A coordenadora dos trabalhos fez a abertura da reunião sensibilizando os presentes para a importância de um trabalho a favor da união dos pescadores e que, para tanto, cada um deveria ter em mente a busca de soluções que contemplassem o conjunto de pescadores, daí a necessidade de serem flexíveis e ‘despidos de vaidades’, para que fosse possível compatibilizar os interesses individuais com os interesses do conjunto de pescadores. Com esse princípio, deu-se início à composição do grupo de candidatos à diretoria da Cooperativa buscando-se uma composição de consenso, para ser levada à Assembleia Geral de constituição.

A continuidade da reunião contou com exposição feita por consultoria especializada da OCB, trazendo, novamente, esclarecimentos sobre o cooperativismo. Foi feita uma apresentação sobre os principais pontos do estatuto e, em particular, sobre a composição da diretoria da Cooperativa e suas funções e competências. A estrutura prevista em estatuto define três instâncias atuação: i) o Conselho de Administração; ii) o Conselho de Fiscalização; e iii) os Delegados representantes dos pescadores. Para o Conselho de Administração são previstos três diretores: Diretor Presidente; Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor de Produção-Comercialização. O Conselho de

Fiscalização será composto por três membros efetivos e três suplentes e os Delegados eleitos nas pré-assembleias. Todos os cargos terão mandato de dois anos, com exceção dos Conselheiros Fiscais, que precisam ser renovados parcialmente a cada ano. Apresentou-se o modelo de representação e os requisitos legais que suportam esse modelo de representação por meio de delegados (Lei 5764 que trata das organizações cooperativas).

Após a compreensão da estrutura e funções da diretoria da Cooperativa, a coordenadora dos trabalhos indagou aos presentes sobre seus interesses em ocupar cada um dos cargos, iniciando-se pelo cargo de Diretor Presidente e seguindo-se dos demais cargos. Os interessados se identificavam, apresentavam seus motivos para concorrer ao cargo e, em seguida, os demais presentes se posicionavam em consenso ou votação e, assim, consolidou-se o conjunto de diretores e conselheiros fiscais em uma chapa única, para ser levada à aprovação da assembleia geral. A chapa de consenso ficou assim definida:

Diretor Presidente: Giacomo Dall'Acqua Schaffer

Diretor Administrativo-Financeiro: Rosiano Mineiros de Souza

Diretor de Produção Comercialização: Valdecir Gomes da Silva

Conselheiros Fiscais Titulares:

- Maria do Socorro Pinheiro Nogueira
- Lailson Fortunato da Silva
- Francisco Fernandes da Silva

Conselheiros Fiscais Suplentes:

- Pedro Soares Aragão
- José Pereira de Araújo
- José Eládio de Sousa Botelho

Após a definição da diretoria de consenso, foi apresentada e discutida a pauta para a Assembleia Geral e definidas as participações de cada um dos envolvidos no processo. Dessa forma, a Assembleia Geral seria declarada aberta e presidida pelo candidato ao cargo de Diretor Presidente, que, após suas considerações, solicitaria o apoio da consultoria da OCB para a condução dos trabalhos, segundo o rito legal.

Segue registro fotográfico.



Figura 13.3.5-26 – Reunião preparatória para a Assembleia Geral, com candidatos à Diretoria da Cooperativa – Altamira – 21/06/2018



Figura 13.3.5-27 – Reunião preparatória para a Assembleia Geral, diretoria de consenso – Altamira – 21/06/2018

Constituição da Cooperativa de Pescadores de Belo Monte:

Em 22 de junho de 2018, foi realizada a Assembleia Geral de constituição da COOPPB, marco importante do desenvolvimento do Plano de Assistência Técnica, Social e Ambiental (ATES) para Pescador, apresentado ao IBAMA em reunião realizada em 30 de maio de 2017. (**Anexo 13.3.5-11**)

Para a realização da assembleia foi organizada essa reunião com delegados e candidatos à diretoria: Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização, que se deu nas dependências do Centro de Convenções e Cursos, Auditório II, da Prefeitura do Município de Altamira com início às 14:00 horas. Além dos delegados e candidatos à diretoria, compareceram outros pescadores que, mesmo sem direito a voto nessa ocasião, se dispuseram a acompanhar o processo. Em lista de presença foram registrados 99 (noventa e nove) participantes nessa condição e, entre delegados e candidatos à diretoria, registrou-se a presença em lista de 47 (quarenta e sete) pescadores, totalizando 146 participantes pescadores. Na abertura da reunião, a coordenadora do Plano de ATES para pescadores, pela empresa executora, fez um retrospecto de todo o processo desde as reuniões prévias, as pré-assembleias e situou os objetivos da reunião: realizar a Assembleia Geral de Constituição da COOPPB, que incluiria em sua pauta a apresentação dos resultados das pré-assembleias e reuniões prévias de alinhamento.

Para a condução formal da assembleia foi contratada consultoria especializada da OCB, representada pelo Sr. Jamerson Carvalho e, de acordo com os entendimentos resultantes de reunião prévia, em 21/06, a assembleia foi presidida pelo candidato ao cargo de Diretor Presidente, que recorreu à consultoria da OCB para garantir os aspectos formais e legais do processo. Antes da abertura da assembleia, a coordenadora fez um pacto de convivência na reunião, no qual destaca-se: i) tratar somente de assuntos ligados à formação da cooperativa; ii) ouvir enquanto o outro fala;

e iii) deixar as dúvidas para serem dirimidas ao final das apresentações (**Figuras 13.3.5 - 28 e 13.3.5 - 29**).



Figura 13.3.5-28 – Assembleia Geral de Constituição da COOPPBM – Recepção de Delegados e Candidatos - Altamira - 22/06/2018



Figura 13.3.5-29 – Assembleia Geral de Constituição da COOPPBM – Abertura da Assembleia - Altamira - 22/06/2018

Após os entendimentos prévios, a Assembleia Geral foi declarada aberta pelo candidato ao cargo de Diretor Presidente, Sr Giacomo Dall'Acqua Schaffer. Este fez um resumo das tratativas recentes e, em particular, sobre a reunião do dia anterior, na qual se definiu uma Diretoria de Consenso que seria apresentada para eleição nessa assembleia e, feito isso, convidou o Sr. Rosiano Mineiros de Souza para secretariar a assembleia, declarou aberta a reunião e passou a palavra para o consultor da OCB para instruir sobre o rito formal. Foi apresentada a pauta da Assembleia, qual seja:

- Apresentação dos resultados das Pré-Assembleias;
- Apresentação dos Delegados;
- Aprovação do Regimento de Delegados;
- Aprovação do Estatuto Social;
- Eleição do Conselho de Administração e Fiscal; e
- Deliberação sobre Remuneração de Dirigentes.

O Consultor da OCB apresentou a base legal que permite a realização dessa assembleia com modelo de representação por meio de delegados. Apresentou o artigo 42, da Lei 5764, que, em seus parágrafos, prevê esse modelo de representação quando o número de cooperados é muito grande (superior a 3.000) ou a área de atuação é tal que implique em cooperados residentes a mais que 50 (cinquenta) quilômetros da sede. Esclareceu que nessas assembleias as decisões são tomadas em votação dos Delegados representantes, de acordo com as orientações das assembleias regionais.

Seguindo o rito estabelecido pela consultoria da OCB, foram chamados os candidatos à Delegados da Cooperativa para validação. Região, por região, todos foram à frente, foram apresentados à plenária e declarados empossados pelo presidente da Assembleia. Em relação à delegação da região de Belo Monte, o Sr. Silvanei Ribeiro,

previsto para fazer parte do conjunto de delegados, decidiu não ser incluído nesse grupo no momento, abdicando da condição de delegado da cooperativa a ser constituída (Figuras 13.3.5 - 30 e 13.3.5 - 31).



Figura 13.3.5-30 – Assembleia Geral de Constituição da COOPPBM – Apresentação dos Delegados da região de Ressaca, Ilha da Fazenda e Garimpo do Galo - Altamira 22/06/2018



Figura 13.3.5-31 – Assembleia Geral de Constituição da COOPPBM – Apresentação dos Delegados da região de Belo Monte e Belo Monte do Pontal - Altamira 22/06/2018

Na sequência, foi apresentado o Regimento de Delegados, destacando-se os principais artigos. O Regimento foi aprovado por unanimidade. Passou-se à apreciação do Estatuto Social, no qual foi feita a adequação das localidades da área de atuação. Para tal, foram chamados os delegados de todas as localidades que informaram, um a um, a localidade que cada um estava a representar. A lista de localidades passou a fazer parte do Estatuto. Ainda na apreciação do Estatuto, foi discutida a questão da quota-parte de constituição do capital social que, nas pré-assembleias regionais, teve indicações distintas, variando entre R\$ 10,00 em Altamira, passando por R\$ 100,00 em Vitória do Xingu e, depois, para R\$ 200,00 em Ressaca e Belo Monte. Foi aprovado por maioria de votos o valor de R\$ 200,00. Sobre a possibilidade de haver parcelamento do pagamento da quota-parte, aprovou-se, por unanimidade, o parcelamento em até 10 (dez) vezes.

Após a aprovação do Estatuto, foi feita a aprovação da diretoria e, para tanto, um delegado representando os pescadores, e não candidato, foi chamado da plenária para conduzir a votação. A diretoria foi aprovada por unanimidade, declarada eleita e empossada. Por fim, foi feita nos mesmos moldes a eleição dos Conselheiros Fiscais, também aprovados por unanimidade e declarados empossados. Seguiu-se um momento de confraternização, no qual cada dirigente fez um breve discurso de agradecimento e comprometimento (Figuras 13.3.5-32 e 13.3.5-33).



Figura 13.3.5-32 – Assembleia Geral de Constituição da COOPPBM – Eleição do Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização - 22/06/2018



Figura 13.3.5-33 – Assembleia Geral de Constituição da COOPPBM – Conselho de Fiscalização - 22/06/2018

O item final da pauta prevista apresentou à assembleia a questão da possibilidade de remuneração aos dirigentes da cooperativa. Foi aprovada por unanimidade a possibilidade de que, havendo disponibilidade de caixa na Cooperativa, os dirigentes, incluindo os delegados, poderiam receber algum tipo de remuneração pela participação e desempenho de suas funções.

A diretoria assim constituída é apresentada no **Quadro 13.3.5 - 11**, a seguir, e no **Quadros 13.3.5 – 12 e 13.3.5 - 13** apresenta-se a lista de delegados e suplentes de delegados da COOPPBM.

Quadro 13.3.5-11 - Diretoria eleita na AGO da COOPPBM, Altamira, 22 de junho de 2018.

CONSELHO	CARGO	NOME	REGIÃO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETOR PRESIDENTE	GIACOMO DALL'ACQUA SCHAFFER	VITÓRIA DO XINGU
	DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	ROSIANO MINEIROS DE SOUZA	VITÓRIA DO XINGU
	DIRETOR DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO	VALDECIR GOMES DA SILVA	ALTAMIRA
CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO	MEMBRO EFETIVO	LAILSON FORTUNATO DA SILVA	ALTAMIRA
	MEMBRO EFETIVO	MARIA DO SOCORRO PINHEIRO NOGUEIRA	ALTAMIRA
	MEMBRO EFETIVO	FRANCISCO FERNANDES DA SILVA	BELO MONTE
	MEMBRO SUPLENTE	JOSE ELADIO DE SOUSA BOTELHO	ALTAMIRA
	MEMBRO SUPLENTE	PEDRO SOARES DE ARAGAO	RESSACA
	MEMBRO SUPLENTE	JOSE PEREIRA DE ARAÚJO	BELO MONTE

Quadro 13.3.5-12 - Delegados eleitos nas pré-assembleias de pescadores para constituição da COOPPBM, Altamira, junho de 2018.

ORD	CARGO	NOME	REGIÃO
1	DELEGADO	ANTONIO NETO CORREIA DA ROCHA	ALTAMIRA
2	DELEGADO	CICILIO CASTANHO TAVARES KAYAPO	ALTAMIRA
3	DELEGADO	DENIS CRUZ ARAUJO	ALTAMIRA
4	DELEGADO	EDIVALDO DE MORAES	ALTAMIRA
5	DELEGADO	ELIZANGELA VIANA DA SILVA	ALTAMIRA
6	DELEGADO	FRANCELIA NOGUEIRA DA COSTA	ALTAMIRA
7	DELEGADO	HELENO FREITAS DE SOUZA	ALTAMIRA
8	DELEGADO	HILDO COSTA DA COSTA	ALTAMIRA
9	DELEGADO	JOANA GOMES DA SILVA	ALTAMIRA
10	DELEGADO	LEONARDO BATISTA	ALTAMIRA
11	DELEGADO	MANOEL CAMARA DA SILVA	ALTAMIRA
12	DELEGADO	OSMAR CORREIA RODRIGUES	ALTAMIRA
13	DELEGADO	PEDRO GOMES DOS SANTOS	ALTAMIRA
14	DELEGADO	RAIMUNDO BRAGA GOMES	ALTAMIRA
15	DELEGADO	PEDRINA SILVA DE SOUSA	ALTAMIRA
16	DELEGADO	BENIGNA GOMES	VITÓRIA DO XINGU
17	DELEGADO	ELDEREZA DE SOUSA FURTADO	VITÓRIA DO XINGU
18	DELEGADO	ISRAEL SOARES TAVARES	VITÓRIA DO XINGU
19	DELEGADO	IZAEL NOGUEIRA BARBOSA	VITÓRIA DO XINGU
20	DELEGADO	SEBASTIÃO PIRES DA GAMA	VITÓRIA DO XINGU
21	DELEGADO	SERGIO ARMANDO PIRES DA GAMA	VITÓRIA DO XINGU
22	DELEGADO	VALDEREZA DE SOUSA FORTUNATO	VITÓRIA DO XINGU
23	DELEGADO	DARLINDO SILVA DE MENEZES	RESSACA
24	DELEGADO	ELIEZIO SOUSA DA LUZ	RESSACA
25	DELEGADO	MARIA ADELIR SAMPAIO DOS SANTOS	RESSACA
26	DELEGADO	MARIA SOARES BISPO DE OLIVEIRA	RESSACA
27	DELEGADO	MANOEL MENEZES DA SILVA	RESSACA
28	DELEGADO	ROSILDA COSTA DA SILVA	RESSACA
29	DELEGADO	BENEDITO DOS SANTOS MARTINS	BELO MONTE
30	DELEGADO	EDILEUZA SANTOS DA SILVA	BELO MONTE
31	DELEGADO	FRANCISCO GOMES BESSA	BELO MONTE
32	DELEGADO	MANOEL JOSE DOS SANTOS	BELO MONTE
33	DELEGADO	MARIA DE FATIMA CONCEICAO SILVA	BELO MONTE
34	DELEGADO	MARIA DOCILEIA DOS SANTOS PINTO	BELO MONTE
35	DELEGADO	OZIVAN DA SILVA RIBEIRO	BELO MONTE

Quadro 13.3.5-13 - Suplentes de delegados eleitos nas pré-assembleias de pescadores para constituição da COOPPBM, Altamira, junho de 2018.

ORD	CARGO	NOME	REGIÃO
1	SUPLENTE DELEGADO	EDIMAR COSTA SALES	ALTAMIRA
2	SUPLENTE DELEGADO	EDIMAR DE ALMEIDA PINHEIRO	ALTAMIRA
3	SUPLENTE DELEGADO	FERNANDO ESTEVAO DA SILVA	ALTAMIRA
4	SUPLENTE DELEGADO	ISAIAS MENDES DE OLIVEIRA	ALTAMIRA
5	SUPLENTE DELEGADO	TECIA FERREIRA CARVALHO	ALTAMIRA
6	SUPLENTE DELEGADO	ALEX MACHADO DA SILVA	VITÓRIA DO XINGU
7	SUPLENTE DELEGADO	CAMILA LIMA DE SOUZA	RESSACA
8	SUPLENTE DELEGADO	JOAO CARLOS LADEIRA PANTOJA	RESSACA

Como última intervenção formal, o Sr. Giacomo Dall'Acqua Schaffer, agora Diretor Presidente da COOPPBM, declarou constituída a Cooperativa e encerrou a assembleia.



Figura 13.3.5-34 – Assembleia Geral de Constituição da COOPPBM – Encerramento -Altamira - 22/06/2018

Quadro 13.3.5-14 - Quantitativos de Participantes nas Pré-assembleias e Assembleia Geral

ASSEMBLEIA	REGIÃO	DATA	LOCAL	HORÁRIO	PARTICIPANTES
REGIONAL	Altamira	18/06/2018	Centro de Convenções	08:00	338
REGIONAL	Vitória do Xingu	19/06/2018	Barraca da Santa - Praça Matriz	08:00	178
REGIONAL	Ressaca	20/06/2018	Sede da Associação dos Garimpeiros	09:00	67

ASSEMBLEIA	REGIÃO	DATA	LOCAL	HORÁRIO	PARTICIPANTES
REGIONAL	Belo Monte	21/06/2018	Escola do Evangelho (VTX)	08:00	64
GERAL	Altamira	22/06/2018	Centro de Convenções	14:00	146

13.3.5.2.3.2. REALIZAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS

Para atendimento às famílias que se autodeclararam em situação de dificuldades para exercer a atividade de pesca, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com o apoio de um questionário, visando obter as seguintes informações:

- Identificação do entrevistado e informações sobre o atendimento ou não, por outros Programas e Projetos da UHE Belo Monte;
- Caracterização demográfica, social e cultural da família;
- Caracterização econômica da família, incluindo despesas e renda, assim como descrição das atividades produtivas nas atividades agroflorestais, pecuárias e na atividade pesqueira; e
- Expectativas em relação à atividade pesqueira.

Os resultados dessas entrevistas são analisados em dois níveis de abordagem:

Coletivo - consolidando a tabulação dos dados quantificáveis das entrevistas, o que permite o estabelecimento de um retrato da situação atual dessas famílias; e

Individual – que possibilita a execução de três atividades principais: (i) elaboração de Estudos de Caso e proposição de encaminhamento para cada caso; (ii) realização de devolutiva apresentando os resultados da análise técnica; e (iii) elaboração participativa de Plano de Transição Familiar, com a definição de atividades e cronograma de implantação das ações de transição e/ou emergenciais para cada caso.

Principais Pontos Levantados nas Entrevistas

- Situação socioeconômica das famílias;
- Localização da moradia e pontos de pesca;
- Infraestrutura básica e custos em relação a pesca;
- Força de trabalho e renda familiar;
- Aspectos socioculturais;
- Expectativas em relação à atividade pesqueira;
- Interesse por projetos de geração de renda; e
- Interesse em relação a cooperativa.

Num primeiro momento, considerou-se um universo de 324 pescadores para o desenvolvimento de ações referentes à neutralização das dificuldades alegadas. Até o mês de junho foram realizadas 255 entrevistas, as demais (69 – sessenta e nove) não foram ainda realizadas porque os pescadores não foram localizados. Em alguns casos foram deixados comunicados nas residências e os pescadores não compareceram para entrevista. O detalhamento por município do quantitativo de entrevistas realizadas encontra-se disposto no **Quadro 13.3.5-15**.

QUADRO 13.3.5-15 – Quantitativo de entrevistas realizadas por município.

MÊS	ALTAMIRA	SENADOR JOSÉ PORFÍRIO	VITÓRIA DO XINGU	ANAPU	BRASIL NOVO	TOTAL GERAL
JANEIRO	67	3	14	8	0	92
FEVEREIRO	42	11	4	2	0	59
MARÇO	2	0	0	0	0	2
ABRIL	15	7	6	0	0	28
MAIO	63	0	1	0	2	66
JUNHO	7	1	0	0	0	8
TOTAL	196	22	25	10	2	255

A partir dos resultados obtidos nas entrevistas (**Figuras 13.3.5-35 a 13.3.5-38**), foi possível agregar as situações semelhantes em grupos e definir os critérios para encaminhamentos, conforme apresentado a seguir.

- São pescadores, mas não estão pescando por questões de saúde ou idade avançada, pois alegam que a pesca é uma atividade pesada: encaminhar para projetos alternativos, no âmbito da Cooperativa;
- São pescadores, mas não estão pescando pois consideram que, no momento, a atividade que estão desenvolvendo está mais rentável que a pesca: encaminhar para projetos alternativos, no âmbito da Cooperativa;
- São pescadores, mas não possuem tralha, embarcação e/ou motor em condições de uso: elaborar o Plano Familiar de Transição, com posterior encaminhamento para a Cooperativa;
- Pescadores com renda *per capita* inferior a R\$ 170,00/mês: elaborar o Plano Familiar de Transição; com posterior encaminhamento para a Cooperativa; e
- Pescadores em atividade que apresentam baixo rendimento por estarem com embarcação e/ou tralha necessitando reposição ou reforma: elaborar o Plano Familiar de Transição, com posterior encaminhamento para a Cooperativa.



Figura 13.3.5-35 – Realização de entrevistas semiestruturadas – verificação dos equipamentos de pesca - 16/01/2018



Figura 13.3.5-36 – Realização de entrevistas semiestruturadas – verificação dos equipamentos de pesca - 16/01/2018



Figura 13.3.5-37 – Realização de entrevistas semiestruturadas - 16/01/2018



Figura 13.3.5-38 – Realização de entrevistas semiestruturadas - 26/01/2018

Com base nas informações obtidas nas entrevistas, elaborou-se um Plano Familiar de Transição para aquelas famílias que foram classificadas aptas para inclusão nas medidas de transição para exercer suas atividades de pesca. Esse Plano prevê a adoção de uma ou mais das seguintes ações:

- Entrega de cesta básica (denominado 'rancho') por um período de até três meses;
- Entrega de um *Kit* de pesca, barco e/ou motores;
- Encaminhamento para a Cooperativa; e
- Acompanhamento das famílias por um período de três meses após o recebimento das tralhas/equipamentos e ou ranchos, com o objetivo de verificar os resultados da medida adotada.

Foram realizadas visitas para apresentação dos resultados da análise técnica das entrevistas / questionários, as quais tiveram início no mês de abril. Até o mês de junho/18 foram realizadas 117 devolutivas individuais, de um universo de 255 pesquisas realizadas (**Figuras 13.3.5 - 39 e 13.3.5 - 40**). Essa ação é constituída por uma ‘conversa’ com o pescador sobre a síntese das informações prestadas pelo entrevistado e o resultado da avaliação técnica realizada, bem como o encaminhamento proposto, conforme descrito a seguir.

- Apresentação e discussão com atualização, se necessário, das informações fornecidas pelas famílias, por ocasião da aplicação do questionário;
- Discussão/aprovação dos encaminhamentos propostos para as famílias;
- Discussão/aprovação dos deveres das famílias quanto à conservação das tralhas e equipamentos de pesca;
- Discussão do Plano de Acompanhamento, enquanto instrumento de medição da melhoria da atividade de pesca, no âmbito das ações de transição; e
- Assinatura do Termo de Adesão ao Plano de Acompanhamento.

A seguir apresenta-se um quadro síntese do quantitativo dos encaminhamentos ocorridos no âmbito das 117 devolutivas realizadas até 30 de junho.

QUADRO 13.3.5-16 – Quantitativo dos Encaminhamentos das Devolutivas realizadas até 30 de junho de 2018

ENCAMINHAMENTO	TOTAL PREVISTO *
EMBARCAÇÃO	41
MOTOR	44
TRALHA DE PESCA	106
RANCHO	96
PROJETO ALTERNATIVO DE GERAÇÃO DE RENDA	40

* Um pescador pode estar incluído em mais de um encaminhamento.



Figura 13.3.5-39 – Apresentação dos resultados da análise técnica (devolutiva) - 18/06/2018



Figura 13.3.5-40 – Apresentação dos resultados da análise técnica (devolutiva) - 20/06/2018

Ainda no âmbito das ações de melhoria das condições de realização da pesca na região de interferência direta do empreendimento, ações junto aos usuários do Porto das Carroças foram feitas. Este atendimento vem sendo realizado desde o mês de abril de 2018, com a disponibilização de espaço para atracação de forma organizada e de serviços de vigilância para as embarcações. Estas ações deverão permanecer até o início de funcionamento do CIPAR, cabendo à Cooperativa absorver estes serviços, caso os cooperados avaliem ser pertinente.

Para tornar-se usuário dos serviços disponibilizados no Porto das Carroças, além do interessado ter se autodeclarado pescador, aplica-se um conjunto de procedimentos visando à credibilidade do processo. Inicialmente, é verificado se o candidato consta na listagem existente e se participou do processo de planejamento. Se positivo, o cadastramento da embarcação é imediato. Caso contrário, realiza-se uma entrevista na residência do candidato com o objetivo de se obter uma segurança básica quanto à prática da atividade de pesca, pelo informante.

A Norte Energia, para a viabilização dos serviços ora tratados, realizou as adequações necessárias do local, como limpeza da área, reorganização das unidades comerciais já existentes, instalação de tenda com guarita para vigilância, iluminação, correntes para atracar as embarcações e instalação de câmeras de segurança (**Figuras 13.3.5-41 e 13.3.5 - 42**).

Quanto aos aspectos de segurança, foram adotados vários procedimentos, como a contratação dos serviços de vigilância, cadastramento e emplacamento das embarcações, controles de entrada e saídas de embarcações e de pessoas autorizadas a retirar os barcos.



Figura 13.3.5-41 – Instalações Porto das Carroças. 10/04/2018.



Figura 13.3.5-42 – Instalações Porto das Carroças. 10/04/2018.

Tem sido também realizado o transporte dos petrechos de pesca e de materiais entre os reassentamentos urbanos coletivos (RUCs) e o Porto das Carroças, em atendimento à demanda de pescadores remanejados para os RUCs. Neste contexto, no dia 22 de

janeiro de 2018, realizou-se reunião com os pescadores moradores dos RUCs, no Barracão de Usos Múltiplos (BUM) do bairro Jatobá com o objetivo principal de colher informações para o planejamento das ações de logística para transporte (ida e volta) de tralhas de pesca e outros materiais relacionados das margens do rio Xingu para os RUCs (**Figuras 13.3.5-43 e 13.3.5 - 46**).

A dinâmica da reunião consistiu na formação de grupos de discussão e posterior apresentação dos resultados por cada grupo em plenária. Cada grupo teve como tarefa organizar uma proposta de agenda e trajetos para o transporte dos RUCs para o rio e vice-versa. Esses grupos foram formados, respeitando-se as frequências e jornadas das pescarias. Assim, formaram-se cinco grupos:

- Pescadores que ficam mais do que 15 (quinze) dias no rio;
- Pescadores que saem para pescar na segunda ou terça feira e retornam na sexta-feira ou sábado;
- Pescadores que pescam por um período de oito dias e ficam um período de sete a 10 (dez) dias na cidade até um novo período de pesca;
- Pescadores que têm Ponto de Ocupação; e
- Casos especiais: Pescadores que pescam de segunda a quarta-feira, ou de quinta-feira à sábado, ou de terça-feira à sábado.

Os trabalhos nos grupos foram apoiados por um técnico e os resultados foram anotados em folhas de *flipchart* para registro e apresentação em plenária, na qual os pescadores colocaram suas opiniões e elementos para auxiliar a equipe técnica a preparar uma proposta de atendimento relacionada ao transporte. Durante as apresentações e discussões dos resultados em plenária, observou-se o interesse dos pescadores quanto à manutenção dos prestadores dos serviços de fretes já existentes no Porto das Carroças que já vinham prestando esse serviço, ou seja, os seis carroceiros e duas caminhonetes que já atendiam aos pescadores.



Figura 13.3.5-43 – Reunião com pescadores para planejamento de transporte entre os RUCs e o porto no Rio Xingu - 22/01/2018



Figura 13.3.5-44 – Reunião com pescadores para planejamento de transporte entre os RUCs e o porto no Rio Xingu - 22/01/2018



Figura 13.3.5-45 – Reunião com pescadores para planejamento de transporte entre os RUCs e o porto no Rio Xingu - 22/01/2018



Figura 13.3.5-46 – Reunião com pescadores para planejamento de transporte entre os RUCs e o porto no Rio Xingu - 22/01/2018

Após a realização dessa reunião, foi feita uma vistoria técnica no Porto das Carroças e, naquela ocasião, foram percebidas as preocupações dos carroceiros e dos profissionais que atendiam com a utilização de caminhonetes frente à possibilidade de perderem sua principal fonte de renda, que é o transporte de tralhas de pesca dos pescadores. Assim, realizou-se uma conversa com esses profissionais no sentido de se estabelecer uma parceria para a sequência desse atendimento aos pescadores. Foi acordado também que essa parceria seria somente com os carroceiros e motoristas que já atendiam os pescadores e ocupavam o Porto das Carroças anteriormente (**Figuras 13.3.5 - 47 e 13.3.5 - 48**).



Figura 13.3.5-47 – Necessidade de nivelamento e limpeza da área da rampa. 23/01/2018



Figura 13.3.5-48 – Tratativas iniciais com os carroceiros. 23/01/2018

No dia 16 de abril realizou-se uma reunião com os profissionais de transporte (carro ou carroça) que trabalham no Porto das Carroças para definir os procedimentos necessários visando à organização e ao bom funcionamento da atividade de transporte das tralhas de pesca dos pescadores dos RUCs. (**Anexo 13.3.5-12**)

Na ocasião acordou-se que, para definição do tipo de transporte (carro ou carroça) haveria uma fila estabelecida por ordem de chegada. O pescador iria utilizar o transporte “da vez”, seja carro ou carroça e ao término da atividade, o transportador voltaria para o final fila. Quando houvesse impedimento de se transportar com carroça (por conta do grande volume/peso da carga), o transporte seria feito pelo primeiro carro, mesmo que esse não fosse o meio de transporte “da vez”. Quando houvesse dúvida sobre o transporte mais adequado para a carga, caberia ao supervisor técnico de plantão decidir com base no volume e peso a ser transportado. Caso o pescador quisesse utilizar o frete de um carro e este não fosse o transporte “da vez”, deveria aguardar (**Figura 13.3.5 - 49 e 13.3.5 - 50**).



Figura 13.3.5-49 - Reunião com os transportadores. 16/04/2018



Figura 13.3.5-50 Reunião com os transportadores. 16/04/2018

No dia 16 de abril um veterinário realizou análise clínica dos oito animais (cavalos e burros) utilizados pelos carroceiros, a fim de verificar se estavam em condições sanitárias adequadas à prestação dos serviços. Os parâmetros considerados na atividade foram: identificação, anamnese e dados sobre o exame físico (funções vitais, estado de nutrição, atitude, comportamento, pele, mucosas, linfonodos, olhos, orelhas, aparelho locomotor e sistema nervoso).

Como resultado da avaliação clínica foi constatado que os equinos estavam aptos a serem utilizados como animais de tração na atividade de transporte de tralhas de pesca dos pescadores até os RUCs. Foram constatadas pequenas alterações fisiopatológicas em alguns equinos, passíveis de tratamento e melhoria, mas que não comprometeriam a aptidão e a utilização dos animais na atividade de tração.

Os carroceiros receberam orientações quanto aos cuidados/manejo necessários para a garantia da saúde e do bem-estar dos animais. Essa atividade deverá ser realizada trimestralmente (**Figuras 13.3.5 - 51 e 13.3.5 - 52**).



Figura 13.3.5-51 – Avaliação clínica e de bem-estar dos equinos. 16/04/2018



Figura 13.3.5-52 – Avaliação clínica e de bem-estar dos equinos 16/04/2018

No período de abril a junho de 2018 foram realizados 826 transportes de tralhas de pesca, que atenderam 83 (oitenta e três) pescadores remanejados para os RUCs. Os dias de maior movimento no Porto das Carroças são: segunda, terça, sexta e sábado, sendo que os dois primeiros se referem aos dias em que o pescador vai pescar e os últimos aos dias em que o pescador retorna da pescaria (**Figuras 13.3.5 - 53 a 13.3.5 - 58**).



Figura 13.3.5-53 – Transporte das tralhas de pesca - 02/05/2018



Figura 13.3.5-54 – Transporte das tralhas de pesca - 02/05/2018



Figura 13.3.5-55 – Preenchimento do Cadastro das Embarcações - 04/05/2018



Figura 13.3.5-56 – Atracação de embarcações - 05/05/2018



Figura 13.3.5-57 – Visão geral da área do Porto das Carroças – Tenda de trabalho – carros de transporte das tralhas - 05/06/2018



Figura 13.3.5-58 – Embarcações atracadas- 07/06/2018

No dia 10 de maio, no Auditório do Sindicato dos Produtores Rurais de Altamira (Siralta), Altamira – PA, realizou-se reunião com os pescadores usuários dos serviços disponibilizados no Porto das Carroças e representantes do Grupo de Trabalho da Pesca para alinhamento das regras de utilização dos serviços. (**Anexo 13.3.5-13**)

Os acordos firmados na ocasião foram:

- Horário de atracação/retirada das embarcações: das 6 horas da manhã até as 18 horas. Caso o pescador tenha necessidade de sair em outro horário, ele deverá avisar com antecedência a equipe para preparo dos procedimentos necessários;
- Tipo de transporte utilizado para frete: para garantir o sustento dos carroceiros, que sempre fizeram frete no porto, como regra deverá ser utilizado o transporte “da vez”, à exceção de quando a carga for muito pesada ou usuário se dispuser a aguardar a vez do transporte motorizado;
- Materiais/equipamentos transportados: todos aqueles envolvidos com a prática da pesca; e
- Retirada de água das embarcações: será responsabilidade dos pescadores;

Participaram da reunião um total de 115 pessoas entre pescadores, ‘freteiros’ e representantes do GT da Pesca, conforme registro fotográfico a seguir.



Figura 13.3.5-59 – Abertura - Reunião Pescadores – 12/05/2018



Figura 13.3.5-60 – Seminário - Reunião Pescadores – 12/05/2018

13.3.5.2.3.3. REUNIÕES COM LIDERANÇAS

Reuniões realizadas junto aos Pescadores no âmbito do Plano Estratégico para o Fortalecimento do Setor Pesqueiro Regional

No dia 27 de fevereiro de 2018 foi realizada a Décima Primeira Reunião Ordinária do Grupo de Trabalho da Pesca e Aquicultura com os técnicos da Norte Energia e

representantes dos pescadores e ribeirinhos, sendo uma das pautas o andamento das ações de ATES para pescadores e as ações de transição. A reunião ocorreu no auditório da Casa de Governo na cidade de Altamira, com os representantes das seguintes entidades e instituições: Norte Energia S.A, Worley Parsons, Ferreira Rocha, TRACTEBEL, Pirarara Comunicação, Equilíbrio Desenvolvimento Ambiental, Conselho Ribeirinho, Grupo de Pescadores, Colônia de Pescadores de Altamira Z-57, Colônia de Pescadores de Senador José Porfírio Z-70, Colônia de Pescadores de Anapu Z- 77, Colônia de Pescadores de Vitória do Xingu Z-12, Cooperativa de Pescadores e Beneficiadores de Pescado de Altamira - Xingu (COOPEBAX), Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio), IBAMA, Casa de Governo, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Defensoria Pública da União (DPU), Instituto Socioambiental (ISA) e Associação Indígena Nativa Ribeirinhos do Médio Rio Xingu (TYOPOREMÔ). Na ocasião, a Coordenadora do Plano de ATES para atendimento ao Pescador explanou sobre o planejamento das ações de transição, quando apresentou a área de abrangência das ações de ATES e o histórico das oficinas de planejamento participativo. Com relação às ações de transição, foram apresentadas as etapas do processo de avaliação e informado que o trabalho que vem sendo realizado encontra-se na etapa de definição dos encaminhamentos segundo os resultados das entrevistas. Foram apresentados os principais pontos levantados nas entrevistas e, na sequência, os resultados quantitativos dos diagnósticos realizados com as famílias entrevistadas: grupos de pescadores, renda *per capita* (bruta), renda total e renda com a atividade pesqueira, despesas com a atividade pesqueira e as expectativas identificadas. Finalizando, foram esclarecidos os critérios para a definição de grupos de encaminhamento (**Figuras 13.3.5 - 61 e 13.3.5 - 62**).



Figura 13.3.5-61 – GT Pesca e Aquicultura - 27/02/2018



Figura 13.3.5-62 – GT Pesca e Aquicultura- 27/02/2018

Diálogos sobre o Defeso:

Representantes de colônias de pescadores de cinco municípios do entorno imediato da UHE Belo Monte foram os protagonistas do Seminário Participativo Descentralizado "Diálogos sobre Defeso", organizado pela Casa de Governo e Colônias de Pescadores,

e que contou com o apoio da Norte Energia. O evento foi realizado em duas etapas: 15 e 16 de maio nas cidades de Vitória do Xingu e Altamira e 10, 11 e 13 de julho nos municípios de Senador José Porfírio, Porto de Moz e Anapu (**Anexo 13.3.5-14**).

Como resultado da primeira etapa, os associados da Colônia de Pesca Z12 (Vitória do Xingu) e da Colônia de Pesca Z57 (Altamira) fizeram Cartas Manifesto que foram encaminhadas ao Governo Federal e demais órgãos e entidades competentes, em especial à Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS / PA) e Secretarias Municipais de Meio Ambiente de Vitória do Xingu e de Altamira (**Anexos 13.3.5-15 e 13.3.5-16**).

Os eventos de julho foram patrocinados pela Norte Energia entre nos dias 10, 11 e 13 de julho, cujo seminário intitulado 'Diálogo sobre o Defeso' ocorreu nos municípios de Senador José Porfírio - SJP, Porto de Moz e Anapu, respectivamente (**Figura 13.3.5 - 63**). Em atendimento ao Ofício nº 30/2018/EALT/SNAS/SEGOV-PR de 12/06/2018 (**Anexo 13.3.5-17**), a Norte Energia participou dos eventos e também auxiliou com apoio logístico (**Anexo 13.3.5-18**). Os eventos ocorridos nos cinco municípios reuniram mais de 1.100 pessoas, as quais receberam certificado de participação (**Anexo 13.3.5-19**).

O seminário de julho/2018 reuniu pescadores das colônias Z77 (Anapu), Z70 (Senador José Porfírio) e Z64 (Porto de Moz), representantes dos governos federal, estadual e municipal, além de convidados da sociedade civil e cooperativas visando discutir sobre o seguro defeso, o funcionamento da Secretaria Especial da Pesca – SEAP (atualmente ligada à Casa Civil), ações de fiscalização, ordenamento pesqueiro, entre outros, conforme programação constante do **Anexo 13.3.5-20**. Além dos representantes das colônias supramencionadas, participaram representantes das seguintes instituições: INSS, IDEFLOR-Bio, CGU, SEMAs, Casa de Governo, SEAP, os quais esclareceram a atuação destes órgãos junto ao setor pesqueiro e à atividade da pesca, a situação de pagamento do seguro defeso, como também questões relacionadas à pesca esportiva e profissional, fiscalização e ações em curso para o desenvolvimento do setor.

A emissão do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) foi um dos temas mais debatidos em todos os encontros.

SEMINÁRIO PARTICIPATIVO DESCENTRALIZADO

DIÁLOGOS SOBRE O DEFESO



O seminário “Diálogos sobre o Defeso” reunirá pescadores das colônias Z57 (Altamira), Z64 (Porto de Moz), Z12 (Vitória do Xingu), Z70 (Senador José Porfírio) e Z77 (Anapu), representantes dos governos federal, estadual e municipal, organizações da sociedade civil e cooperativas para um debate sobre a pesca no período do defeso.

Entre os temas abordados estarão fiscalização, pesca esportiva e profissional, seguro defeso e funcionamento da Secretaria Especial de Pesca.

<p>10 de julho de 2018 Hora: 8h30 Local: Colônia de Pescadores Z70 SEN. JOSÉ PORFÍRIO/PA</p>	<p>11 de julho de 2018 Hora: 8h30 Local: Colônia de Pescadores Z64 PORTO DE MOZ/PA</p>	<p>13 de julho de 2018 Hora: 8h30 Local: Associação Anapu ANAPU/PA</p>
--	--	--



Figura 13.3.5-63 – Cartaz de divulgação dos eventos

13.3.5.3. ATENDIMENTO AOS OBJETIVOS E METAS DO PROJETO

Em função das necessidades de atendimento às condicionantes da LO, o atual Projeto de Incentivo à Pesca Sustentável deverá sofrer ajustes para recepcionar as ações que estão sendo desenvolvidas junto aos pescadores, quer seja no âmbito da assistência técnica específica, quer seja na implantação da Cooperativa e demais ações de transição. Desta forma, com o objetivo de propiciar o desenvolvimento das ações do PIPS de forma integrada com os outros projetos do Programa de Conservação da Ictiofauna e, principalmente, com as ações em realização junto ao público pescador, os

objetivos e metas deste Projeto deverão ser revisados. Neste sentido, será apresentada Nota Técnica (NT) para análise do IBAMA prevendo estes ajustes.

Por fim, se esclarece que os atuais objetivos e metas do PIPS estão, respectivamente, em atendimento e em cumprimento.

13.3.5.4. ATIVIDADES PREVISTAS

No âmbito do PIPS relacionado à avaliação da pesca e da biologia pesqueira, as atividades de monitoramento devem continuar para avaliar a persistência ou não dos resultados encontrados até o momento no presente Projeto, visando subsidiar ações de manejo pesqueiro, fortalecimento da cadeia produtiva e assistência técnica específica. Com o enchimento dos reservatórios e o início de operação das turbinas, novos acontecimentos estão ocorrendo e que reforçam a necessidade de monitoramento.

Também terão continuidade as ações de monitoramento social e identificação de famílias de pescadores que necessitam de encaminhamento para o atendimento social específico no âmbito dos Projetos 4.6.1 e 4.6.2.

Em decorrência da constituição da Cooperativa, deverão ser realizadas ações para o cumprimento dos requisitos legais e de registro da COOPPBM na Junta Comercial do Estado do Pará (JUCEPA). Desta forma, está prevista já para o segundo semestre de 2018, no âmbito da COOPPBM, a realização de reuniões junto aos Conselhos Administrativo e Fiscal, bem como aos Delegados eleitos, para discutir e definir os critérios para adesão à COOPPBM e de se construir as Agendas Regionais de Trabalho.

Está previsto que, a partir do mês de agosto, será dado início dos trabalhos de planejamento participativo, com o envolvimento dos Conselhos de Administração e de Fiscalização, dos Delegados eleitos da COOPPBM e dos pescadores. Neste planejamento será abordada a necessidade de realizar o levantamento das famílias de pescadores por região com o objetivo de caracterizar este público específico e indicar as demandas para elaboração de projetos específicos considerando o tipo de pesca praticado.

Além disso, destaca-se que, com o objetivo de integrar as ações em desenvolvimento afetas ao atendimento social às famílias de pescadores, desenvolvimento de assistência técnica, fortalecimento do setor pesqueiro regional, estruturação do CIPAR, instituição da COOPPBM e capacitação específica, deverá ser realizada no segundo semestre uma revisão deste Projeto, visando agregar as ações de atendimento às condicionantes 2.24 e 2.26. Tal revisão implicará em ajustes no cronograma e estabelecimento de novas metas devido à ampliação do escopo do Projeto, que deverá estar alinhado com uma revisão também dos seus objetivos e metas. A proposição de ajustes no Projeto será encaminhada para análise do IBAMA no formato de NT, conforme antes já comentado.

13.3.5.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados sobre a pesca no rio Xingu coincidem com os efeitos de barramento do rio previstos no EIA e com as informações da literatura científica. Após cinco anos de monitoramento da pesca e pouco mais de dois anos do início da operação do empreendimento, algumas mudanças foram observadas nos resultados das atividades de pesca nos diferentes setores do rio.

Chamam a atenção particularmente as alterações da composição específica dos setores tais como a VGX, ATM e, em parte, BESP. As alterações de VGX podem estar relacionadas com a atenuação do pulso hidrológico normal, especificamente na sua duração, resultando em um período menor com as áreas alagadas.

Nos setores do reservatório, percebeu-se por um lado o incremento e a alternância de pescadas e tucunarés nas capturas, que já eram dominantes antes do fechamento do rio, mas que ganham ainda mais importância após o permanente alagamento e redução da velocidade da água nesse setor. Na pesca ornamental, observam-se relevantes mudanças na composição específica da captura pela quase interrupção da produção de acari amarelinho. Contudo, a interpretação desta alteração pode estar ligada, por um lado, ao aumento da profundidade dos pesqueiros, mas também à falta de logística de escoamento da produção e de demanda de mercado, em alguns casos. A interrupção da pesca ornamental em São Félix do Xingu e no Iriri está relacionada a mudanças na legislação de pesca de arraias e aos entraves no transporte e comercialização dos estoques das espécies alvo das pescarias nestas duas regiões. Estes processos atuam em sinergia para estabelecer as condições de produtividade de peixes ornamentais que está sendo observada.

Nos outros setores não tão afetados pelas alterações ambientais da hidrelétrica, não foram observadas grandes mudanças na composição das capturas.

Os rendimentos médios têm oscilado de acordo com diferentes condições ambientais e econômicas, especialmente para os peixes ornamentais. De forma geral, tanto os preços de primeira comercialização, quanto os custos variáveis sofreram aumento acima da inflação. Para a pesca de consumo, entretanto, as alterações observadas após o fechamento do reservatório foram sempre positivas.

Também nota-se que está havendo alteração na alimentação da população, com a redução no consumo de pescado, aumento na ingestão de leite e produtos industrializados. Para as próximas campanhas do consumo proteico será feita uma investigação específica sobre os motivos que estão levando a essas alterações. Além disso, está sendo organizado monitoramento específico da pesca de subsistência, de forma a obter mais informações para embasar as observações aqui apresentadas.

Os resultados do monitoramento da pesca e da biologia pesqueira na região subsidiam as discussões e tratativas junto ao público alvo das ações de fortalecimento do setor pesqueiro local. Desta forma, a mobilização e a construção participativa têm propiciado

a evolução consensual de propostas de desenvolvimento de assistência técnica aos pescadores, culminando na criação de uma cooperativa.

O monitoramento social tem permitido identificar famílias de pescadores em condições de vulnerabilidade e encaminhá-las ao atendimento social previsto no PBA. Constatou-se que o percentual de famílias abaixo da linha de pobreza é significativamente pequeno. No caso das famílias de pescadores, apenas 0,9% não declarou renda, 5,3% se encontram abaixo da linha de pobreza extrema e, 13,2 % estão entre a linha de pobreza e de pobreza extrema. Com isso, a grande maioria (80,6%) se encontra acima da linha de pobreza, dados semelhantes aos das famílias de não pescadores. No entanto, a evolução do monitoramento dessas famílias e o respectivo atendimento poderão implicar em melhorias no IDF do público alvo deste Projeto.

A análise das condições de vida dos pescadores também permite traçar um perfil da situação econômica dessa categoria na região. Até o momento, as demandas de melhorias na geração de renda levam ao direcionamento para ações de assistência técnica, fortalecimento institucional e desenvolvimento dos projetos demonstrativos.

13.3.5.6. EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL POR TEMAS ESPECÍFICOS

13.3.5.6.1. MONITORAMENTO DA PESCA E DA BIOLOGIA PESQUEIRA

PROFISSIONAL	FORMAÇÃO	FUNÇÃO	REGISTRO ÓRGÃO DE CLASSE	CADASTRO TÉCNICO FEDERAL - CTF
Cristiane Peixoto Vieira	Engenheira Civil, MSc.	Gerente do Contrato	CREA/MG-57945/D	2.010.648
César Batista	Cientista Social, M.Sc. Cientista Político	Gerente do Projeto	-	2.605.630
Victoria Judith Isaac Nahum	Bióloga, PhD	Responsável técnica /Coordenadora do Projeto	CRBio 52953/06-D	1.800.316
Morgana Carvalho de Almeida	Bióloga, PhD	Especialista	CRBio 73945/06-D	1.220.045
Ana Paula Oliveira Roman	Bióloga PhD	Especialista	CRBio 73033/06-D	3027116
Rivetla Edipo Araujo Cruz	Eng. ^a de Pesca, M. Sc	Especialista	CREA-PA 1513148222	Em andamento
Raoni Rosa	Dr. em Ecologia	Coordenador de Projetos	CRBio 57.417/04-D	4.694.669
Victória Bezerra Fontes	Engenheira de Pesca, MSc.	Analista Ambiental	CREA/PA 48578	5.022.700

PROFISSIONAL	FORMAÇÃO	FUNÇÃO	REGISTRO ÓRGÃO DE CLASSE	CADASTRO TÉCNICO FEDERAL - CTF
Francisco Ribeiro	Técnico em Informática	Banco de Dados	-	-

13.3.5.6.2. MONITORAMENTO SOCIAL E ATENDIMENTO SOCIAL

4.6.1 – Monitoramento Social

NOME DO PROFISSIONAL	FUNÇÃO NO PACOTE DE TRABALHO	FORMAÇÃO PROFISSIONAL	REGISTRO PROFISSIONAL	CTF IBAMA
Mário Kikuchi	Coordenação de Socioeconomia	Sociólogo	1087/SP	315270
Maria Elena Turpin	Coordenação de execução	Engenheira Agrônoma	CREA – 170059/D	5469879
Solange Tóla	Coordenação de Campo	Engenheira Agrônoma	CREA-0601459927/D	5568607
Helena de Oliveira	Suporte técnico para a realização dos trabalhos	Pedagoga	-	5817287
Sidney Carvalho Silva	Processamento de dados	Tecnólogo em Gestão Ambiental	-	-
Allysson Jhonnatha Rodrigues	Digitação	Ensino Médio	-	-
Jeison da Silva Torres	Digitação	Ensino Médio	-	-
Alexandre Batista da Costa	Pesquisa de Campo	Técnico em Agropecuária	CREA PA 5085/D	5574995
Lidiane Ferreira da Silva Lopes	Pesquisa de Campo	Ensino Médio	-	-
Marinalva Nascimento da C. Maia	Pesquisa de Campo	Ensino Médio	-	-
Lucivania Viana de Oliveira	Pesquisa de Campo	Licenciatura em Ciências Naturais – Biologia	-	-
Joseany Borges Pereira da Silva	Pesquisa de Campo	Ensino Médio	-	-

NOME DO PROFISSIONAL	FUNÇÃO NO PACOTE DE TRABALHO	FORMAÇÃO PROFISSIONAL	REGISTRO PROFISSIONAL	CTF IBAMA
Gleicynara Maciel Oliveira	Pesquisa de Campo	Gestão Hospitalar	-	-
Marilza Santana Julio	Pesquisa de Campo	Gestão Ambiental (cursando)	-	-

4.6.2 Atendimento Social

PROFISSIONAL	FORMAÇÃO	FUNÇÃO	REGISTRO ÓRGÃO DE CLASSE	CADASTRO TÉCNICO FEDERAL - CTF
Mario Yasuo Kikuchi	Sociologia	Coordenador de Socioeconomia	1.087 - SP	315270
Maria Theresa (Marise) Egger-Moellwald	Ciências Sociais	Consultora	-	5516724
Taimara de Cássia Raffaelli Ferreira	Ciências Sociais	Coordenadora de Planejamento e Execução	-	5547969
Heide Maria Monte Pinheiro	Serviço Social	Equipe Técnica	CRESS 5303	5565345
Benilza da Silva Miranda	Serviço Social	Equipe Técnica	CRES 6972	6885285

13.3.5.6.3. AÇÕES DE ATES

PROFISSIONAL	FORMAÇÃO	FUNÇÃO	REGISTRO ÓRGÃO DE CLASSE	CADASTRO TÉCNICO FEDERAL - CTF
Adelina Teixeira Fonseca	Sociólogo	Coordenação Geral	Não existe órgão representativo	221130
Sergio Augusto Galvão Cezar	Eng. Agrônomo	Coordenador Local	CREA – 121590 / D	315374
Maria Silvia Prata Pinto Moreira	Sociólogo	Sociólogo	Não existe órgão representativo	-

PROFISSIONAL	FORMAÇÃO	FUNÇÃO	REGISTRO ÓRGÃO DE CLASSE	CADASTRO TÉCNICO FEDERAL - CTF
Itajacy Kishi	Eng. Florestal	Coordenador Técnico	CREA – 12961 D PA	5149818
Bruno Bicelli	Engenheiro de Pesca	Engenheiro de Pesca		
Angela Conceição Bellucci	Assistente Social	Agente Social 3	CRAS-4500	5535852
Patrícia Kurtz da Costa	Bióloga	Analista Ambiental	CRBIO: 90847/06 -D	6130834
Antônia Almeida Barros	Pedagoga/Psicóloga	Técnica de campo	Não existe órgão representativo	5689845
Charles Velasco	Técnico de Campo	Filósofo	-	508058
Gracinele Góes	Agente Social	Suporte técnico	Não existe órgão representativo	5824121
Guilherme Barros de Macedo Coelho	Eng. Agrônomo	Técnico de campo	CREA – 207311/D-TO	5816307
Mauro L. Baia de Jesus	Técnico Agroflorestal	Técnico de Campo	CREA 4.496 – TD – PA	6238921
Fernando Ricardo Vito Aquilini	Analista de Sistemas	Gerente de Tecnologia da Informação	-	-

13.3.5.7. ANEXOS

Anexo 13.3.5 - 1 – Metodologia

Anexo 13.3.5 - 2 – Referências Bibliográficas

Anexo 13.3.5 - 3 – Pescadores e Embarcações

Anexo 13.3.5 - 4 – Pesca de Consumo

Anexo 13.3.5 - 5 – Pesca Ornamental

Anexo 13.3.5 - 6 – Consumo Proteico

Anexo 13.3.5 - 7 – Respostas aos Pareceres do IBAMA

Anexo 13.3.5 - 8 – Lista de Presença das Reuniões com a OCB

Anexo 13.3.5 - 9 – Ata de Reunião com os Delegados da Cooperativa

Anexo 13.3.5 - 10 – Lista de Presença das Assembleias Regionais da Cooperativa

Anexo 13.3.5 - 11 – Lista de Presença da Assembleia de Constituição da COOPPBM

Anexo 13.3.5 - 12 – Lista de Presença de Reunião com os Profissionais de Transporte (carro ou carroça)

Anexo 13.3.5 – 13 – Lista de Presença de Reunião com os Pescadores Usuários dos serviços no Porto

Anexo 13.3.5 - 14 – Cartaz do Seminário: Diálogos sobre o Defeso

Anexo 13.3.5 - 15 – Carta de Manifesto dos Pescadores de Altamira

Anexo 13.3.5 - 16 – Carta de Manifesto dos Pescadores de Vitória do Xingu

Anexo 13.3.5 - 17 – Ofício nº 30/2018/EALT/SNAS/SEGOV-PR de 12/06/2018 - Diálogo sobre o Defeso

Anexo 13.3.5 - 18 – CE 404/2018-SSAI - Resposta ao Ofício nº 30/2018/EALT/SNAS/SEGOV-PR de 12/06/2018 - Diálogo sobre o Defeso

Anexo 13.3.5 - 19 – Modelo de Certificado do Seminário: Diálogos sobre o Defeso

Anexo 13.3.5 - 20 – Folder da Programação do Seminário: Diálogos sobre o Defeso